# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Desacordo entre Lira e Pacheco sobre MPs trava agenda de Lula . . . 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Analistas elogiam pacote para destravar crédito . . . 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
TCU: Bolsonaro deve entregar joias à Caixa e armas à PF . . . 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"Arcabouço fiscal pode ser votado em apenas 15 dias" . . . 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Projeção de déficit primário cai R$ 120 bi . . . 14

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL
Quebrei o braço e fiquei sem dinheiro para comida : os limites da PEC das Domésticas, 10 anos depois . . . 16

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados e pensionistas com doença grave têm direito à isenção total do IR; veja como conseguir . . . 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
PF desbarata esquema para atentar contra Moro . . . 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Governo prevê mais tributos . . . 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Zema lança novo ICMS e defende reforma tributária . . . 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lira quer pautar texto antes da tributária e dar relatoria ao PP . . . 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
IBS pode encarecer feijão e baratear carro . . . 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Indústria farmacêutica diz que apoia reforma, mas quer regime especial . . . 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC resiste à pressão e mantém taxa básica ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Tom do comunicado é "muito preocupante", critica Haddad ..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Brasil é campeão de juros reais ..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA
Portugal regulariza 66 mil brasileiros em uma semana com novo sistema ..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
EUA elevam juros em 0,25 ponto e sinalizam que ciclo de altas pode estar no fim ..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Manobra tira custo de reajuste adicional do mínimo do Orçamento ..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Regra fiscal deve ter gatilhos ligados a resultado primário ..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
CNI considera "equivocada" a decisão sobre a Selic ..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Petrobras reduz preço do diesel na refinaria em 4,48% ..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Nova regra limita despesa primária a 19% do PIB ..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Queda de juros passa por responsabilidade fiscal ..... 54

# Desacordo entre Lira e Pacheco sobre MPs trava agenda de Lula

***Thaísa Oliveira, Cézar Feitoza, Victoria Azevedo e Thiago Resende / CF, José Marques e VA***

Uma nova rodada de reuniões entre a Câmara e o Senado terminou nesta quarta-feira (22) sem acordo sobre a tramitação das MPs (medidas provisórias) - prolongando o bloqueio da agenda do Planalto no Congresso quase dois meses depois do início dos trabalhos no Legislativo.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram a sós nesta quarta após semanas de crise, mas não chegaram a acordo sobre o rito de análise dos textos, alterado excepcionalmente durante a pandemia.

Sem solução para o impasse, MPs editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seguem travadas no Congresso -e com o prazo correndo. Arthur Lira diz a aliados que está disposto a deixar os textos perderem a validade se o rito não for definido.

No meio da queda de braço entre as duas Casas legislativas, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a situação chegou a um "limite" e que o Planalto não descarta alternativas às MPs (medidas provisórias) já editadas.

"Se existir a resignação [por parte da Câmara] em apreciar MPs, o governo também não descarta a possibilidade de apresentar projetos de lei de caráter de urgência", disse, completando que "é evidente que não tem acordo".

As medidas provisórias são editadas pelo presidente da República e entram em vigor imediatamente, mas dependem do aval do Congresso para não perder validade. Assim, Câmara e Senado têm até 120 dias para aprovar ou reverter a iniciativa do governo.

Uma das MPs aguardando aprovação é a que reestruturou e criou ministérios, como o dos Povos Indígenas e da Cultura. Outro texto aguardado pelo governo estabelece o voto de qualidade no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Financeiros).

Assim como outros projetos enviados por Lula em janeiro, os dois textos estão parados no Congresso há 49 dias. Programas essenciais para o Palácio do Planalto, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, também foram recriados via medida provisória.

Pacheco disse nesta quarta que o presidente da Câmara não apresentou nenhuma proposta concreta e que, "se não houver esse entendimento, deve prevalecer a Constituição, que determina que deve haver as comissões mistas".

O presidente do Senado - que acumula a presidência do Congresso- enfrenta a pressão dos líderes para instalar as comissões mistas que analisam as MPs à revelia da vontade da Câmara. Ele avalia, contudo, que isso não resolve o problema porque nenhum deputado vai querer participar e se indispor com Lira.

Um aliado de Lira afirma, sob reserva, que uma saída seria aprovar uma PEC para definir novos prazos para a aprovação de medidas provisórias em cada Casa, em substituição aos 120 dias como limite único, atualmente em vigor.

Na avaliação desse aliado, dar prazos separados para Câmara e Senado analisarem MPs poderia acabar com as críticas de que deputados demoram para aprovar as propostas do Executivo, restando poucos dias para os senadores analisarem os textos. Outra possibilidade é alterar a formação das comissões mistas, para aumentar a quantidade de deputados em relação à de senadores (regimentalmente, são 12 parlamentares de cada Casa no colegiado). Mas Pacheco praticamente descartou a ideia nesta quarta: disse que o "peso do Senado não pode ser maior que o da Câmara" e vice-versa.

Câmara aprova projeto que favorece réu se STF empatar

A Câmara aprovou nesta quarta (22) uma proposta que estabelece que todos os julgamentos de matéria penal no STF (Supremo Tribunal Federal) e STJ (Superior Tribunal de Justiça) que terminarem em empate devem favorecer o réu. A matéria seguirá para votação no Senado.

A proposta gerou críticas de parlamentares defensores da Lava Jato. Coordenador da força-tarefa da operação até 2020, o hoje deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) disse no plenário que a medida favorece bandidos e criminosos e apelidou o projeto

de Cristiano Zanin -em referência ao advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e principal cotado para assumir a próxima vaga no STF.

O projeto foi aprovado de forma simbólica, sem identificação de como cada deputado votou, em uma votação rápida no plenário. O texto nem sequer foi analisado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), com a urgência aprovada na noite anterior.

De acordo com parlamentares e constitucionalistas ouvidos pela Folha, a discussão do projeto ganhou força a partir do julgamento no STF do ex-deputado André Moura (União Brasil), que foi líder do governo Michel **Temer** (MDB).

Em um de seus processos, em setembro de 2021, o julgamento empatou em 5 a 5.

À época, o ministro Luiz Fux determinou que, diante do empate, o julgamento fosse interrompido. O STF estava desfalcado, com somente dez ministros, após a aposentadoria de Marco Aurélio Mello.

Gilmar Mendes foi contra a solução proposta e defendeu que, no caso do empate, o réu deveria ser favorecido.

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224***

## Qual o rito de uma medida provisória?

### Antes da pandemia

1 A MP passava por uma comissão formada por 13 deputados e 13 senadores

2 Câmara e Senado alternavam relatoria dos projetos

3 Depois, o texto era votado na Câmara e, por fim, no Senado

### Após a pandemia

1 MP não passa mais por comissão e vai direto para a Câmara

2 O primeiro relator, portanto, era um deputado

3 Depois da votação, texto seguia para o Senado

### Como quer Pacheco

Retomar o modelo que funcionou até a pandemia

### Como propõem líderes da Câmara

1 MP passa por uma comissão formada por 24 deputados e 12 senadores

2 A relatoria funciona por sorteio. Não será necessariamente intercalada entre Câmara e Senado

3 O texto passa a ser votado separadamente na comissão. Primeiro, entre os deputados integrantes. Depois, pelos membros do Senado

4 Após o trâmite da comissão, a MP segue para votação no plenário da Câmara e, por fim, no do Senado

# Analistas elogiam pacote para destravar crédito

***Lucas Bombana***

são paulo Economistas de corretoras e gestoras de recursos elogiaram as medidas preparadas pelo governo para impulsionar o mercado de crédito. Antecipado pela Folha, o pacote prevê ações como facilitar o compartilhamento de dados dos clientes na **Receita Federal** com os bancos, acabar com o teto para empréstimos entre particulares e flexibilizar exigências para a emissão de debêntures.

As medidas contam ainda com o programa de renegociação de dívidas Desenrola e foram elencadas pelo secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto.

Analistas veem potencial de estímulo à concessão de crédito em um momento de menor apetite dos bancos, cautelosos após o caso da Americanas e o cenário externo, com as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor bancário nos Estados Unidos e na Europa.

"Algumas das medidas fazem parte de sugestões que a Febrabaneo setor bancário já haviam sugerido ao novo governo, e a entidade se compromete a continuar trabalhando, em conjunto com entidades governamentais, para a redução do custo de crédito e o aumento da sua oferta para as famílias e empresas", diz a federação dos bancos em nota.

"As medidas são positivas e refletem a visão do governo de tentar destravar juridicamente as questões que envolvem devedores e credores, que sempre foram um entrave para a expansão do crédito", diz Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Julio Hegedus Netto diz que o pacote tem um viés mais microeconômico e vai na direção correta, ao facilitar o trânsito entre devedores e credores.

No caso de dar aos credores acesso aos dados da Receita dos inadimplentes, Hegedus Netto diz que a medida tende a destravar a oferta de crédito.

Apesar da avaliação positiva, Hegedus Netto diz que também é necessário um novo conjunto de regras fiscais que abra espaço para o BC iniciar o processo de corte de juros.

Ele lembra que, em 2016, quando o governo Dilma Rousseff começou um programa de estímulo ao crédito, o BC estava indo em direção oposta, em uma trajetória de aumento dos juros, o que fez com que as famílias acabassem optando por não se endividar. "As duas políticas, monetária e fiscal, devem sempre ser complementares, uma depende da outra."

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

# TCU: Bolsonaro deve entregar joias à Caixa e armas à PF

CHANDAN KHANNA/AFP/13-03-2023

**Devolução.** Defesa de Bolsonaro diz que entregará joias no fim desta semana

***GERALDA DOCA***

O Tribunal de Contas da União (TCU) reformulou a decisão tomada na semana passada e determinou que o ex-presidente Jair Bolsonaro devolva as joias recebidas de autoridades estrangeiras para a Caixa Econômica Federal e as armas à Polícia Federal, em Brasília. Inicialmente, a Corte indicou que as peças fossem entregues à Secretaria- Geral da Presidência da República, em um prazo de cinco dias, a fim de serem incorporadas ao patrimônio da União.

Procurada, a defesa de Bolsonaro informou que pretende entregar as peças amanhã.

Consultado sobre o local mais apropriado para a devolução dos bens, o ministro Augusto Nardes, relator do processo, decidiu submeter a decisão ao plenário da Corte, que optou pela entrega das joias à Caixa, já que o banco atua com penhor. A Secretaria-Geral da Presidência alegou que passou por processo de reestruturação e não poderia armazenar as peças.

Na semana passada, o plenário entendeu de forma unânime que as joias e as armas não podem ser incorporadas ao acervo pessoal do ex-presidente.

Já a defesa de Bolsonaro confirmou que o Exército emitiu ontem a guia de tráfego que autoriza o transporte das duas armas, um fuzil e uma pistola, presenteadas ao então titular do Planalto pelos Emirados Árabes Unidos, em 2019.

O estojo com as joias, que inclui caneta, relógio, anel, abotoaduras e um tipo de rosário, foi oferecido a Bolsonaro pelo governo da Arábia saudita em 2021. O pacote entrou no país na mala de membros da comitiva brasileira que retornava ao país, após missão no Oriente Médio.

A comitiva trouxe ainda outro pacote de joias preciosas, avaliadas em R$ 16,5 milhões. A caixa, não declarada à **Receita Federal**, foi apreendida pela alfândega no aeroporto de Guarulhos.

Pela decisão do TCU, esse presente também precisa ser devolvido pela Receita à União, assim que forem concluídos os trâmites burocráticos.

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# "Arcabouço fiscal pode ser votado em apenas 15 dias"

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Lira: "se há alguém que tem espaço no governo é o Senado, que não pode atrapalhar a vida do governo e nem do país"

***Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro***

Em contato constante com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acredita que o novo arcabouço fiscal que será enviado pelo governo pode ser aprovado em cerca de 15 dias na Casa, ainda em abril, e vê um texto capaz de conciliar as necessidades de crescimento do país com a responsabilidade com as contas públicas. "Quando o texto sofre críticas de alas mais à esquerda e críticas também do mercado, é que está equilibrado", disse.

Em entrevista exclusiva ao Valor, a primeira a um jornal impresso desde que foi reeleito presidente da Câmara, Lira afirma que o arcabouço fiscal deve passar na frente da **reforma tributária** na ordem de votações, mas confia que a simplificação dos **impostos** será votada no primeiro semestre.

A falta de base do governo, destacou, não será problema neste caso. Ele antecipa que aumentará o número de integrantes do grupo de trabalho da reforma, dos atuais 12 para 15, para incluir as mulheres e regiões que não estavam representados.

Lira se posiciona contra a criação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Afirma que, se dependesse dele, o tema não seria aprovado, mas joga a bola para o Senado debater e apresentar propostas.

A disputa com os senadores, contudo, se avolumou e há 29 medidas provisórias (MPs) do governo Lula (PT) paradas por um impasse no Legislativo. Ele defende que as propostas sejam votadas direto no plenário, enquanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer a volta das comissões mistas, compostas por deputados e senadores. Lira diz que o Senado tentou impor sua posição e defende o diálogo, mas diz que os deputados não concordam com a volta das comissões no modelo que existia antes e que podem boicota-las, mesmo se houver decisão judicial. Se as MPs perderem a validade, afirma, a culpa será da intransigência do Senado em envia-las. Veja, a seguir, os principais pontos da entrevista: Valor: O senhor não teme que a Câmara seja apontada como culpada pela derrubada das MPs?

Arthur Lira: Absolutamente. Nossa contestação é que a pandemia trouxe alterações na vida do Parlamento que não retrocederão, como a votação pelos aplicativos [de celular]. O novo rito das medidas provisórias [direto no plenário] é muito mais democrático. A Câmara com 90 dias de discussão e o Senado com 30. Essa versão dos senadores, de que a matéria chega espremida, não é verdadeira. A reclamação do Senado sobre ser Casa revisora também é impertinente porque ele é Casa revisora de todas as matérias de origem governamental.

Valor: Mas a Constituição prevê a discussão nas comissões mistas.

Lira: O projeto de resolução do Congresso sobre a pandemia, acordado entre as duas Casas, está em vigor e não foi alterado. A comissão existe na Constituição? Existe, mas, com todo respeito ao Poder Judiciário, isso não é questão jurídica. É questão política. Os dois presidentes tem que ter serenidade e capacidade suficiente de sentar, coisa que não vem acontecendo, e de conversar, coisa que não vem acontecendo, e não vem acontecendo não por nossa vontade. A obstrução das conversas não partiu da Câmara. As medidas provisórias estão embarreiradas pelo presi dente do Senado sem necessidade porque o rito está em vigor.

Valor: Se as MPs caducarem, a culpa será o Senado e do Pacheco?

Lira: Neste caso, sim.

Valor: Em que momento acabou o diálogo e ocorreu essa rixa?

Lira: Rixa não há. O que houve é que o presidente do Senado deixou de conversar. Ponto. Eu não briguei com ninguém. Não é o presidente da Câmara que tem espaço no governo e precisa dar satisfação. Se há alguém que tem espaço no governo é o Senado, que não pode atrapalhar a vida do governo e nem do país. Tem que ter serenidade, sentar, conversar e resolver. Não será resolvido por uma ideia de PEC (proposta de emenda constitucional) sem conversar com a outra Casa.

Valor: Um senador já ingressou no STF para a volta das comissões.

Lira: Com todo respeito ao Poder Judiciário, sou contra a judicialização da política. Vão dizer: o rito é constitucional. É. O que estamos discutindo é que temos que mudar a Constituição porque as Casas não se entendem. Não será uma decisão judicial que fará com que os líderes indiquem [os integrantes da comissão], que a Mesa paute, que o plenário vote.

Valor: Se tiver decisão judicial, a Câmara pode se recusar a indicar os integrantes da comissão?

Lira: Pode. Politicamente pode. A decisão dos líderes, por unanimidade, é que são contra comissões no formato que estão e são contra abrir mão da prerrogativa como Casa iniciadora. Decisão judicial não se descumpre, mas ela não funciona para a política. Não é decisão judicial que fará com que o que a gente está dizendo que está errado a gente passe a dizer que está certo.

Valor: Qual a alternativa? Mudar a composição das comissões?

Lira: Seria alternativa, mas a Câmara está hoje contra a comissão mista. Por tudo o que houve no passado, os escândalos, malfeitos e negociações. Uma MP chegava na comissão com dois artigos e saia com 30. Além disso, não tem senadores suficientes para 29 comissões de uma vez. Seria um senador para cinco ou seis comissões, enquanto os deputados serão vilipendiados. Não teria representatividade dos partidos médios e pequenos.

Valor: A outra opção é o acordo para revezar a Casa iniciadora?

Lira: Não abrimos mão das nossas prerrogativas. Mas se o Senado quiser abrir das dele, a gente pode fazer um entendimento. O Senado não é quem sabatina e vota ministro do Supremo? Então vamos fazer um lá e um cá. O embaixador será um lá e um cá, a agência reguladora um lá em um cá. Aí, o que o Senado vai dizer?

Valor: Por que as conversas estão obstruídas com Pacheco?

Lira: Tem que perguntar para ele. Nunca me disse. Espero resolver porque não tenho nenhum problema pessoal nem político com ele. Pelo contrário. Se houve uma interrupção, respeitei, mas quem tem que explicar é ele.

Valor: Qual a última vez que vocês conversaram?

Lira: O cumprimentei no dia da homenagem que ele recebeu no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. E não antes e não depois. (Após a entrevista, Pacheco e Lira almoçaram, mas o encontro terminou sem acordo sobre as MPs) Valor: Há relação com a Câmara retomar a **reforma tributária**?

Lira: Não. Até porque a **reforma tributária** quem quer é o governo. Fiz compromisso com o MDB de votar porque tínhamos feito acordo com o Senado e a reforma não andou por dois anos. Estamos tratando da PEC 45 num grupo para ampliar e tentar fazer uma **reforma tributária**. A possível, no mais curto prazo, ou uma mais dura, se tiver transição mais longa. Esse é o espírito. Isso foi tratado com o presidente Pacheco pelo presidente [do MDB] Baleia [Rossi] e pelo líder Aguinal-do [Ribeiro]. E como é PEC, tem que ter texto igual [nas duas Casas]. Tanto faz onde começar.

Valor: A Câmara não votou nenhuma matéria polêmica do governo. Isso atrapalha o calendário de votar em junho a reforma?

Lira: Não, são coisas diferentes. Todo governo tem, pelos problemas que condeno do presidencialismo de coalizão, dificuldade de formação de base inicial. A tributária não é projeto de governo, é projeto de país. Dos projetos todos, é o único que independe de base [de governo]. Vai depender da convergência de posicionamentos, da diminuição de arestas, do encontro de saídas. Vamos reforçar o grupo de trabalho com mais três integrantes para atender a bancada feminina e regiões que ficaram subrepresentadas.

Valor: O arcabouço fiscal deve ser votado antes da tributária?

Lira: Com certeza, sempre foi [nossa ideia] pelo calendário. Sempre achávamos que o arcabouço viria antes, a tributária tem o rito dela. Não é questão de

precisar de quórum menor por ser lei complementar porque, quando a gente discutiu a PEC da Transição, o compromisso que fizemos [com o Republicanos] foi que tinha que vir texto equilibrado para o arcabouço. Pelas conversas que tivemos com o ministro Haddad [é o que virá]. Quando o texto sofre críticas de alas mais à esquerda e também do mercado, é que está equilibrado.

Valor: Pelas linhas gerais do que mostraram para o senhor, o projeto passará tranquilamente na Casa? Terá mais de 300 votos na Câmara?

Lira: Penso que sim. Está perfeitamente tranquilo aprovar.

Valor: Antecipar a votação do arcabouço fiscal não jogará a tributária para o segundo semestre?

Lira: Não, não. O arcabouço deve ser anunciado na primeira semana de abril. Vai ter a exposição para os líderes e um relator para negociar, arredondar com os líderes e as bancadas. Em uns 15 dias vota, direto no plenário. Tem chance clara de votar em abril. Sobram três meses para que se discuta e vote a reforma ainda no primeiro semestre - que, repito, é uma matéria que todo mundo quer, mas que encontrará muitos entraves.

Valor: Qual modelo o senhor defende para o arcabouço fiscal?

Lira: Não temos ainda o arcabouço traçado. O que enxergamos, e o ministro [Haddad] tem tido bastante cuidado com isso, é criar regra que cuide de promover desenvolvimento e crescimento, mas cuide de ter responsabilidade e olhar para o social. Se não a **inflação** mata o mais carente. Não podemos ter situação como da Argentina, com **inflação** de 100% ao mês. A literatura gosta de chamar o arcabouço de bala de prata, mas acho que pode ser a bala de ouro no Brasil.

Valor: Haddad fala em zerar o déficit primário em 2024. Para o senhor, a meta tem que serzerar o déficit o mais rápido possível ou dá para conviver mais tempo com défi-cits em nome do crescimento?

Lira: Não nos foi apresentado isso ainda. O que acho: nada nesse aspecto pode ser artificial. Se for situação forçada, tanto de meta de **inflação** quanto de juros, degringola a economia. Ninguém quer juro alto. Não quero, os bancos não querem e o próprio Banco Central não quer. Mas isso tem a precificação da **inflação** e dos gestos feitos. Precisamos de um armistício.

Valor: Quem será o relator do projeto do novo arcabouço fiscal?

Lira: Não está definido, mas será do PP. Não será, como foi dito na imprensa, de oposição. Será um relator responsável. Se nós estamos defendendo o arcabouço, o relator não vai atrapalhar.

Valor: Até mesmo porque é difícil dizer que oPPé oposição.

Lira: Né? Têm deputados, que a depender do Estado, querem fazer parte do governo e outros que querem ser oposição. Não é problema só do PP. É do PSD, do União.... todos os partidos de centro estão bastante divididos.

Valor: O relator do projeto de Orçamento de 2024 será do PL?

Lira: Será resolvido esta semana, na estruturação do Conselho de Ética e da Comissão Mista de Orçamento. Não vou comentar mais porque ainda estou trabalhando. Regimentalmente, é o PL, mas pode ter acordo.

Valor: O acordo entre Haddad e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a MP do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) amadureceu na Casa?

Lira: Não tomei nem conhecimento, a gente só ouviu dizer. Vamos encontrar um texto equilibrado, mas não discutimos ainda porque não temos relator, não temos comissão, não temos nenhuma MP tramitando.

Valor: Haddad ou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pediram alguma medida legislativa de socorro aos bancos por causa dessa crise internacional?

Lira: Não, não. O que ouvimos deles é que os bancos brasileiros estão bem longe dessa situação.

Valor: As críticas ao Campos Neto atrapalham?

Lira: A independência do Banco Central foi aprovada no Congresso. É a realidade hoje e precisa ser respeitada. O Chile tem governo mais à esquerda que o nosso, Banco Central independente há 20 anos e lá não se debate isso. No Brasil, essa discussão tem que ser passado, temos que olhar para frente. É uma discussão que não ajuda o país e que não vai ter reflexo por parte do Congresso.

Valor: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Americanas será instaladapela Câmara?

Lira: Não tive tempo de ver todas as CPIs que têm

assinaturas suficientes, mas vou me debruçar sobre isso, se tem objeto definido e necessidade. Acredito em CPI como instrumento de minoria, não como movimento político para fazer pressão nesse ou naquele setor. Então vamos analisar com calma. Tem vários pedidos. Da Americanas, dos jogos, do MST, das joias, disso e daquilo.

Valor: Qual será a atuação do Conselho de Ética diante de recentes discursos preconceituosos?

Lira: Diferentemente dos órgãos que tomam conta de outras categorias, como o CNJ e o CNMP, o Conselho de Ética da Câmara é bastante duro. Não posso tolher a fala dos parlamentares, mas quem fala o que quer responde pelo que fala. Não dá pra gente admitir determinados comportamentos que fujam de uma regra de ética dentro do plenário. Os representantes dos partidos no Conselho de Ética vão ter que funcionar como balizadores do bom convívio, da boa prática, e, se precisar, vão cortar na carne.

Valor: Qual apunição para casos como o do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que vestiu uma peruca no Dia da Mulher e fez discurso transfóbico. Censura ou cassação?

Lira: Vai depender caso a caso. Acho a cassação do mandato muito e a censura pouco. Talvez a suspensão do mandato por um período. A suspensão do mandato machuca muito. Sem gabinete, sem salário, sem verba. O cara sente que precisa ter um limite no seu comportamento.

Valor: O senhor era aliado do governo Bolsonaro (PL) e agora apoia o governo Lula. Quais diferenças vê na gestão dos dois governos?

Lira: São governos que se posicionam do ponto de vista ideológico e de iniciativas de forma muito diferente. O relacionamento institucional do presidente da Câmara com o presidente da República é necessário. Todas as conversas que tive com o presidente Lula sempre foram muito tranquilas, respeitosas. Tive o apoio do PT na eleição da presidência da Câmara. Aceitei o apoio, não é? Temos um bom relacionamento, nunca ninguém vai me acusar de trabalhar contra o meu país. Mas tive 464 votos, também tive o apoio do PL, tenho que olhar para todo mundo. O governo vai ter o apoio, vai ter a cooperação, mas preservando algumas situações. O Congresso é de centro-direita e dificilmente alguns temas retroagirão.

Valor: A construção da base do governo está muito lenta?

Lira: Se comparar com os outros governos, acho que não. Não era deputado, mas dizem que no 1o governo do presidente Lula demorou mais. O do presidente Bolsonaro demorou um ano e seis meses. Vamos dar mais um tempo.

Valor: Quais projetos, fora os do governo, o senhor planeja votar?

Lira: Dois projetos importantes são o das fake news e o do crédito de carbono. O texto grupo de trabalho sobre o novo Código de Mineração está muito razoável e é importante que isso ande. O novo Código de Processo Penal está pronto. Passou por um processo grande, teve ajustes. É assunto complexo, que vai demandar muita responsabilidade.

Valor: O Senado tem falado em estabelecer mandatos para os ministros do STF e presidente Lula disse que o debate ocorrerá "proximamente". A Câmara apoia a ideia?

Lira: Cabe ao Senado, como a Casa que trata de votação dos ministros do Supremo, puxar essa discussão. Mas tenho pensamento muito diferente. Na minha visão pessoal, mandato de ministro, no Brasil, não serve. Não vou fazer juízo de valor, estou falando em caso hipotético. Mas temos candidatos com pouca idade, em média 43, 44 anos, que vão ter longevidade muito grande no Supremo hoje. O que aconteceria se tivessem mandato de dez anos? Qual seria o comportamento de um ministro sabendo que sairá do Supremo com 55 anos? Já entra pensando na saída. Vejo com muita reticência. Se dependesse somente de mim, não seria votado. Mas jogo a bola para o Senado, que é quem tem que propor as alterações.

Valor: Ex-aliados criticam o "auto-exílio" do ex-presidente Jair Bolsonaro e acreditam que ele ficará inelegível. Qual destino vê para ele? Vocês têm conversado?

Lira: Muito pouco. Não tenho juízo de valor com relação ao que ele é ou o que não é. Teve quase 50% dos votos do país nas eleições, então não cabe a mim fazer juízo de valor. Se vai ficar ou não inelegível, isso é decisão do Judiciário. As informações que tenho é que ele está retornando para o Brasil. Ontem foi aniversário dele e, como praxe normal, liguei, dei parabéns e o felicitei pelo aniversário. Conversamos 30 segundos.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE
"Arcabouço fiscal pode ser votado em apenas 15 dias"

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=2&section=1***

**"Acredito que CPI deve ser instrumento de minoria, não movimento político para pressão nesse ou naquele setor"**

**"Se dependesse somente de mim, não seria votado mandato para ministros do STF, mas jogo a bola para o Senado propor [a PEC]"**

# Projeção de déficit primário cai R$ 120 bi

***Estevão Taiar e Matheus Schuch De Brasília***

O governo federal diminuiu em R$ 120 bilhões a sua projeção para o déficit primário deste ano, mas a estimativa depende de receitas ainda incertas e despesas que podem estar subestimadas.

Mesmo assim, a nova estimativa oficial ainda é mais pessimista do que a do mercado.

Conforme divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no Relatório o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, o governo passou a calcular déficit primário de R$ 107,6 bilhões para 2023, contra estimativa anterior de R$ 228,1 bilhões. Como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), a estimativa passou de 2,1% para 1%.

"Temos totais condições de ficar com déficit abaixo de R$ 100 bilhões em 2023", disse o secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, que também participou da entrevista coletiva para comentar os números.

Segundo ele, as projeções indicam que o governo federal está no "caminho certo" para buscar o equilíbrio fiscal a partir de 2024.

Já o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que as "novas expectativas convergem" para as estimativas do pacote de ajuste fiscal anunciado pelo Ministério da Fazenda em janeiro.

Desde que o pacote foi anunciado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem afirmando que é possível que o rombo das contas da União fique em torno ou mesmo abaixo dos R$ 100 bilhões neste ano.

A nova estimativa pode ser explicada principalmente por uma elevação de R$ 110 bilhões na projeção para a receita primária líquida, que desconsidera transferências obrigatórias para Estados e municípios. Essa projeção, por sua vez, foi influenciada principalmente por fatores como: alta na estimativa para a arrecadação com Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), de R$ 54,6 bilhões; e "repasse dos patrimônios não reclamados" do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), de R$ 26 bilhões.

O próprio Bijos reconheceu, no entanto, que parte da arrecadação projetada depende de medidas que tramitam no Congresso.

Do lado das despesas primárias, a projeção caiu R$ 10,6 bilhões.

O recuo foi influenciado principalmente pela revisão do cadastro do Bolsa Família, com impacto calculado de R$ 7 bilhões para todo o ano.

Mas a projeção do governo federal não leva em conta, por exemplo, o salário mínimo de R$ 1.320 que deve ser implantado a partir de maio. O salário considerado foi o que está em vigor e que faz parte das projeções da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de R$ 1.302. De acordo com o secretário do Orçamento Federal, a elevação do mínimo para R$ 1.320 aumentaria as despesas do governo federal em R$ 4,5 bilhões neste ano.

Mesmo com a revisão realizada ontem, a projeção do governo federal para o déficit primário ainda é maior do que a do mercado.

De acordo com o Prisma Fiscal, do Tesouro Nacional, a estimativa mediana do mercado até 5 de março era de um resultado negativo de R$ 99 bilhões.

Já a projeção do governo federal para a trajetória da dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador do estoque do endividamento público, será apresentada posteriormente. Por sua vez, o mercado calcula que a DBGG terminará este ano em 77,6% do **PIB**, subindo para 80,53% no fim do ano que vem.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Parâmetros econômicos

Em R$ bilhões

| | Projeções | Variação* |
|---|---|---|
| Receita primária total | 2.375 | 117 |
| Receita líquida | 1.915 | 110 |
| Despesas primárias | 2.023 | -10,6 |
| Resultado primário | -107,6 | 120,6 |

Fonte: MPO *Em relação à LOA

# Quebrei o braço e fiquei sem dinheiro para comida : os limites da PEC das Domésticas, 10 anos depois

***Por Thais Carrança, BBC***

"Boa tarde, venho humildemente pedir uma ajuda para quem puder ajudar. Estou desempregada, tenho uma filha de 4 anos. Moro de aluguel e estou passando necessidade, pois, há uns meses atrás, eu quebrei o braço no trabalho."

"Ainda não estou totalmente bem do braço, ainda fazendo fisioterapia, mas negaram minha perícia... Eu não era registrada. Pagava o MEI. Trabalhava de faxineira... Agora estou sem dinheiro para pagar aluguel e comprar comida."

O apelo foi feito numa rede social por Jocelene Cristina Forlin, de 32 anos e moradora do município de Gaspar, em Santa Catarina.

A dificuldade vivida pela faxineira diarista, que trabalhava como MEI (microempreendedora individual) antes de se machucar em serviço, revela a precariedade ainda enfrentada por milhares de trabalhadoras domésticas brasileiras, dez anos depois da aprovação da Emenda Constitucional 72, de 2 de abril de 2013, que ficou conhecida como "PEC das Domésticas".

O MEI garante alguns direitos como aposentadoria por idade, salário maternidades e auxílio-doença - ao qual Jocelene perdeu acesso após ter sua perícia negada -, mas não outros previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como férias remuneradas, 13º salário, hora extra, entre outros.

Demanda histórica dos movimentos de trabalhadoras domésticas, feminista e negro, a PEC foi apresentada em 2012 pelo deputado federal Carlos Bezerra (MDB/MT) e sancionada pela então presidente Dilma Rousseff (PT) no ano seguinte.

Transformada em lei, garantiu às domésticas direitos que os demais trabalhadores brasileiros já tinham, como o recolhimento de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), limite de horas para a jornada de trabalho, pagamento de horas extras e acesso ao seguro-desemprego.

Mas, passados dez anos - marcados por uma crise econômica, uma pandemia e mudanças demográficas no país -, o mercado de trabalho doméstico brasileiro mudou, e muitos dos direitos conquistados com a PEC já não respondem à realidade da maior parte das trabalhadoras domésticas em atividade.

Há cada vez menos mensalistas, principais beneficiárias da lei, e um número crescente de diaristas, como Jocilene. A maioria delas trabalha na informalidade, sem qualquer proteção trabalhista e previdenciária.

Atualmente, três em cada quatro trabalhadoras domésticas no Brasil trabalham sem carteira, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

E mesmo quem trabalha como MEI não está completamente protegida, como mostra o caso da faxineira que quebrou o braço e se viu sem renda.

Até agora não estou trabalhando direito, porque meu braço ainda não está 100% bom. Tive que pedir comida, porque o dinheiro que eu tinha só dava para o aluguel , conta Jocelene Cristina Forlin, em entrevista à BBC News Brasil. - Foto: Arquivo pessoal via BBC

Levantamento exclusivo feito pela LCA Consultores a pedido da BBC News Brasil revela ainda outras mudanças nesses dez anos: entre as trabalhadoras domésticas, aumentou a proporção de mulheres mais velhas, de negras (pretas ou pardas), de chefes de família e essas mulheres estão contribuindo cada vez menos para a **Previdência Social**.

Entenda todas essas mudanças e os desafios que elas colocam para a proteção social e trabalhista das trabalhadoras domésticas, dez anos após a aprovação da PEC das Domésticas.

## Nova Lei Áurea : a importância da PEC das Domésticas

Após 70 anos da CLT e 25 anos da Constituição de 1988, a PEC das Domésticas de 2013 finalmente deu a essas profissionais direitos já assegurados para outros trabalhadores - ainda que não de forma

totalmente igual.

Na Constituinte, iniciamos um processo para que as trabalhadoras domésticas fossem reconhecidas tal qual os demais trabalhadores. Co. nseguimos algumas coisas, mas outras não conseguimos , disse Benedita da Silva (PT-RJ). - Foto: Divulgação/ PT via BBC

Os direitos das trabalhadoras domésticas foram concedidos de forma muito paulatina", observa Cristina Vieceli, economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

"Na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943], as trabalhadoras domésticas foram excluídas, junto com os trabalhadores rurais. E na Constituição de 1988, foram relegados a elas somente alguns direitos", acrescenta a pesquisadora.

Somente 30 anos depois da CLT, uma lei (Lei 5.859 de 1972) garantiu às domésticas o direito à carteira assinada, férias remuneradas e acesso a benefícios da **Previdência Social**.

Mais de uma década depois disso, a Constituição de 1988 garantiu alguns direitos a mais para a categoria: salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença maternidade e direito ao aviso prévio.

"Na Constituinte, iniciamos um processo para que as trabalhadoras domésticas fossem reconhecidas tal qual os demais trabalhadores. Conseguimos algumas coisas, mas outras não conseguimos", lembra Benedita da Silva, deputada federal (PT-RJ), que já foi um dia trabalhadora doméstica e umas das 26 mulheres entre os 559 deputados constituintes.

"A PEC das Domésticas foi chamada de 'nova Lei Áurea' porque ela garantiu direitos que vínhamos reivindicando há muito tempo - há décadas", lembra Luiza Batista, coordenadora geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

"Garantiu o FGTS, jornada de trabalho, seguro-desemprego, adicional noturno, abono família, comunicação de acidente de trabalho. Infelizmente, depois levou dois anos e três meses para ela ser regulamentada", observa a liderança sindical, lembrando que a regulamentação da lei só viria em junho de 2015.

A PEC das Domésticas foi chamada de nova Lei Áurea porque ela garantiu direitos que vínhamos reivindicando há muito tempo , diz Luiza Batista. - Foto: Divulgação/ Fenatrad via BBC

Resistência e limitações da lei

À época, a PEC sofreu forte resistência de setores da classe política e da classe média. Os críticos argumentavam que ela iria encarecer e burocratizar a contratação dessas trabalhadoras, gerando desemprego em massa de domésticas e de mulheres que não poderiam mais contar com a ajuda dessas profissionais para o cuidado da casa e dos filhos.

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, economista e pesquisadora do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), participou de estudo que analisou os impactos da PEC anos depois de sua aprovação.

"Não encontramos resultados muito adversos, houve algum aumento da informalidade, mas não encontramos resultados tão alarmantes quanto se advogava à época", afirma. (Veja dados sobre informalidade abaixo)

Luiza Batista destaca que, mesmo após a EC 72/2013, alguns direitos ainda são diferentes para as trabalhadoras domésticas.

Por exemplo, as domésticas só têm direito a três parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo nacional, enquanto as demais categorias têm direito a cinco parcelas, até o teto máximo do seguro-desemprego (que em 2023, está em R$ 2.230.97, conforme tabela).

Outro exemplo é o atestado médico. Para os trabalhadores em geral, após 15 dias de afastamento mediante atestado, os custos salariais passam à Previdência. Já para as domésticas, caberia ao **INSS** pagar desde o 1º dia de afastamento - o que na prática não acontece, criando um jogo de empurra entre patrão e Previdência sobre quem paga.

Mesmo com essas desigualdades, Batista afirma que a PEC das Domésticas não deixa de ser uma grande conquista da categoria.

"Foi uma luta histórica das trabalhadoras domésticas, juntamente com o movimento feminista e o movimento negro. Dessa luta, despontam várias lideranças, como Laudelina de Campos Melo, Creuza Maria de Oliveira e Luiza Batista", observa Cristina Vieceli, do Dieese.

"Teve uma força muito grande dessas trabalhadoras domésticas de assegurar que esse trabalho fosse considerado um trabalho como qualquer outro. Porque, historicamente, a doméstica era considerada como uma pessoa que fazia parte da família' e que por isso não deveria receber os mesmos direitos da totalidade dos trabalhadores", diz a economista.

"Essa noção permanece até os dias de hoje e tem raízes no trabalho escravo."

O que mudou em 10 anos: avanço da informalidade Em dez anos, a mudança mais marcante no mercado de trabalho doméstico no Brasil é o avanço da informalidade.

A parcela de trabalhadores domésticos sem carteira passou de 69% para quase 75% entre dezembro de 2013 e igual mês de 2022.

A mudança se acentuou após a pandemia, mostram dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), compilados pela LCA Consultores a pedido da BBC News Brasil.

"A PEC das Domésticas teve toda uma boa intenção quando foi implementada. As pessoas que estavam mais tempo trabalhando em casas de família foram bastante beneficiadas. Só que o que aconteceu anos depois não estava dentro do previsto, e a tendência foi outra", observa Bruno Imaizumi, economista especializado em mercado de trabalho da LCA Consultores.

"A ideia era formalizar, garantir benefícios e que elas tivessem carteira assinada. Mas o que aconteceu é que tivemos duas crises após a implementação da PEC - a crise de 2015-2016 e a pandemia", afirma.

O economista explica que, quando crises acontecem, as famílias perdem renda e acabam trocando funcionárias mensalistas por diaristas.

Além disso, com a pandemia, muitas pessoas passaram a trabalhar em esquema híbrido e, ao passar tempo maior em casa, assumiram parte das tarefas domésticas antes desempenhados por estas profissionais.

Cristina Vieceli, do Dieese, aponta ainda um fator demográfico que contribui para a mudança: a redução das famílias numerosas e avanço de famílias pequenas e de pessoas morando sozinhas também favorece a contratação de diaristas, em detrimento das mensalistas.

Maria Conceição Santos Afonso, de 60 anos e doméstica mensalista há 20 deles, cita ainda um outro fator que explica a mudança: a busca das trabalhadoras domésticas por ganhar mais.

"Tem diarista que ganha R$ 3 mil, R$ 4 mil, e a mensalista muitas vezes não ganha tudo isso. Então elas vão pelo salário, mas se você for ver, é mais desgastante", diz Maria Conceição.

Apesar dessa busca por maiores rendimentos, em dez anos desde a aprovação da PEC das Domésticas, a renda dos trabalhadores domésticos pouco avançou em termos reais.

Em 2013, os com carteira ganhavam em média R$ 1.460 e os sem carteira, R$ 912. Em 2022, esses valores passaram a R$ 1.495 e R$ 932.

Segundo a economista do Dieese, a renda das domésticas está muito atrelada ao valor do salário mínimo, cujos reajustes perderam força na última década, em meio à crise econômica e ao abandono, a partir de 2019, de política que atrelava o reajuste do mínimo ao crescimento do **PIB**.

Mais velhas, mas contribuindo menos para a Previdência Embora a informalidade tenha aumentado, o número de trabalhadores domésticos no Brasil permaneceu praticamente estável nesses dez anos: em torno de 5,8 milhões, dos quais mais de 90% são mulheres. Mas o perfil destes trabalhadores mudou bastante neste período.

Em 2013, pouco mais da metade dos trabalhadores domésticos brasileiros (53%) tinham 40 anos ou mais, percentual que chegou a 65% em 2022.

Embora esses trabalhadores estejam pela idade mais próximos da aposentadoria, com o avanço da informalidade, eles estão contribuindo menos para a Previdência. O percentual de contribuintes caiu de 38,6% para 36,2% nestes dez anos, segundo os dados da Pnad do IBGE.

Com o envelhecimento dessas trabalhadoras, também cresce a parcela de chefes de família entre elas, de 40% em 2013, para 53% em 2023.

O avanço da educação no país e a busca das mulheres mais jovens por outros tipos de trabalho explicam o envelhecimento das trabalhadoras domésticas, diz Vieceli, do Dieese.

"Desde os anos 2000, há uma participação menor das trabalhadoras jovens [no trabalho doméstico], porque há um acesso dessas trabalhadoras a outros postos de trabalho, onde elas têm melhor remuneração e mais direitos trabalhistas", afirma a economista.

Filha e neta de domésticas, rompi a corrente Camila Silva Passos, de 31 anos e moradora de Barra do Piraí, no interior do Rio de Janeiro, é um exemplo dessa mudança. Com avó e mãe domésticas, ela é farmacêutica pós-graduada.

"Minha avó casou aos 22 anos e sofreu muita violência doméstica. Depois que se separou, ela criou sozinha oito filhos. Todos esses oito filhos passaram fome e necessidade. Assim, minha mãe começou a trabalhar aos 9 anos, cuidando de outras crianças", conta Camila.

"Ela estudou até a quarta série e foi mãe solteira. Trabalhando como empregada doméstica, ela conseguiu pagar minha van para eu fazer faculdade, o que eu consegui através do Prouni", diz farmacêutica, que conseguiu pelo programa uma bolsa integral para estudar numa universidade privada na cidade vizinha de Vassouras.

Assim, ela se tornou a primeira pessoa de sua família a se formar numa universidade.

"Decidi fazer o Enem para ter uma vida melhor, receber mais do que um salário mínimo e ter mais direitos. Eu queria uma coisa melhor para mim", afirma.

Diante da queda recente na busca de jovens pelo Enem e nas inscrições em instituições de ensino superior, Camila defende a importância das políticas públicas de educação, para que mais pessoas como ela tenham alternativas ao trabalho doméstico.

"Os programas sociais são importantes para quebrar esse ciclo: o Sisu [Sistema de Seleção Unificada], cotas raciais, Prouni. Tudo isso facilita que nós tenhamos oportunidades que nossas mães não tiveram", diz a farmacêutica.

Com mais mulheres buscando outras profissões, o percentual de domésticas entre o total de trabalhadoras ocupadas recuou de 14,9% para 12,8% em dez anos. Mas, enquanto 8,8% das brancas trabalham atualmente como domésticas, esse percentual chega a 16,4% das negras.

Camila, que como mulher preta foi na contramão dessas estatísticas, ao romper o ciclo de trabalho doméstico das mulheres de sua família, avalia que os dados mostram como as oportunidades são diferentes paras brancas e negras.

"Assim como todas as subocupações, o trabalho doméstico é o que resta para uma mulher negra, que está na base da pirâmide social", diz a farmacêutica.

"Assim como tudo no Brasil, a mulher branca, mesmo sendo pobre, tem mais oportunidade de sair desse tipo de subemprego e, por exemplo, encontrar emprego numa loja."

Desafios atuais para proteção das domésticas Como então proteger os direitos das trabalhadoras domésticas, dez anos depois da PEC, nessa nova realidade em que há um número crescente de trabalhadoras diaristas, sem carteira assinada; que estão ficando mais velhas, mas contribuindo menos para a Previdência? E onde as desigualdades raciais e baixa remuneração persistem, apesar dos avanços na educação das mulheres?

Aqui, não há respostas fáceis, segundo os entrevistados, mas um consenso entre os especialistas é de que é preciso avançar na proteção dos trabalhadores informais de forma geral, em meio ao avanço da automação e das novas tecnologias.

Para Luiza Batista, da Fenatrad, é necessário também aprofundar as conquistas da PEC das Domésticas, igualando os direitos conquistados aos dos demais trabalhadores - como no caso do seguro-desemprego e do atestado médico.

Para que haja melhora na remuneração dessas profissionais, ela também defende que mais Estados avancem em convenções coletivas de trabalho para trabalhadoras domésticas, a exemplo do que já acontece hoje em São Paulo.

Também são prioridades para a categoria uma maior oferta de creches, de escolas em tempo integral e a retomada do TDC (Trabalho Doméstico Cidadão), programa criado em 2006, que oferecia elevação da escolaridade, qualificação profissional e formação de lideranças sindicais.

Para Batista, apesar de ser uma alternativa para contribuição à Previdência para as trabalhadoras sem carteira, o MEI não é a solução ideal para a formalização dessas trabalhadoras, que em geral não têm características de empreendedoras.

"Tem patrão usando de má-fé e inscrevendo a trabalhadora no MEI para se desobrigar dos encargos sociais e de pagar salários, férias, 13º", afirma Batista.

"E ela não sabe que tem que fazer relatório anual para a **Receita Federal**, pode acabar se complicando, contraindo uma dívida, por não ter consciência de que, ao se inscrever no MEI, ela vira uma pessoa jurídica."

Para Maria Conceição, doméstica mensalista há 20 anos na mesma casa, é preciso também fazer cumprir os direitos previstos na PEC das Domésticas.

"Há 20 anos, qual era o direito da empregada doméstica? Nenhum. Ela saía [de um trabalho] como ela entrou, com as mãos vazias", diz a doméstica.

"Hoje nós temos direito ao **INSS**, ao Fundo de

Garantia, ao seguro-desemprego. Tudo isso foi uma conquista grande para a gente. E nós temos que continuar na luta, porque eu fico triste quando vejo companheira nossa trabalhando três dias numa mesma casa e o patrão não assina a carteira dela. Ainda tem muito patrão que não cumpre a lei."

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA
Quebrei o braço e fiquei sem dinheiro para comida : os limites da PEC das Domésticas, 10 anos depois

***Site: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/23/quebrei-o-braco-e-fiquei-sem-dinheiro-para-comida-os-limites-da-pec-das-domesticas-10-anos-depois.ghtml***

# Aposentados e pensionistas com doença grave têm direito à isenção total do IR; veja como conseguir

***Economia***

I
***Johnny Negreiros, do R7****

Aposentados e pensionistas portadores de 16 tipos de doenças graves têm direito à isenção do Imposto de Renda a partir do diagnóstico.

Não se trata da isenção extra que pessoas com mais de 65 anos têm no Imposto de Renda 2023.

Esta isenção do imposto vale para os rendimentos de aposentadoria, pensão, reforma, e também as previdências complementares, como fundos de pensão e previdência privada. E não tem prazo nem limite. É total.

Para conseguir o benefício, é preciso ter laudo emitido por perito do sistema público de saúde. Mas a Justiça tem entendido que laudos assinados por médicos particulares também dão direito à isenção do IR. Nesse caso, porém, o aposentado pode ter que entrar com ação na Justiça para garantir seu direito, explica o advogado especializado em Direito Previdenciário, João Badari.

Para solicitar a isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão é necessário preencher as seguintes condições:

a) Diagnóstico

A primeira condição é ser diagnosticado com as seguintes doenças:

1. tuberculose ativa

2. alienação mental

3. esclerose múltipla

4. neoplasia maligna (câncer)

5. cegueira (inclusive monocular),

6. hanseníase

7. paralisia irreversível e incapacitante

8. cardiopatia grave

9. doença de Parkinson

10. espondiloartrose anquilosante

11. nefropatia grave

12. estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante)

13. contaminação por radiação

14. síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids)

15. hepatopatia grave

16. fibrose cística (mucoviscidose)

b) Laudo médico

É obrigatório ter laudo médico comprovando a patologia. O laudo também deve apresentar o diagnóstico com data, o CID (Código da Doença) e descrição do caso.

d) Informar a fonte pagadora

Por fim, é preciso informar o **INSS** ou a fonte pagadora da aposentadoria ou pensão privada para que não seja mais feito o desconto do imposto na fonte.

No caso das pensões e aposentadorias pagas pelo governo, a solicitação poderá ser feita pelo site Meu **INSS** .

Nesse caso, o aposentado ou pensionista precisa se submeter a uma perícia médica, que também deve ser agendada pela internet.

O advogado João Badari lembra que, conforme entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a

isenção do IR é concedida somente para as pessoas que não estão trabalhando.

Ele reforça que a isenção não se restringe aos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), mas vale também para quem recebe o benefício de fontes privadas.

A lei garante o direito ao aposentado ou pensionista que comprove sua condição por meio de laudo pericial emitido por médico do sistema pública de saúde.

Porém, Badari detalha que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) entende que o portador da doença também terá ao benefício se tiver laudo pericial de médico da iniciativa privada. O jurista se baseia na súmula 598 do Diário da Justiça Eletrônico , publicada no dia 17 de novembro de 2017.

A súmula diz o seguinte:

Súmula 598: É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do Imposto de Renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova.

Qualquer tipo de aposentadoria, pensão ou reforma dá o direito. O médico que vai assinar o laudo pode ser funcionário de uma rede particular ou de uma repartição pública

João Badari, advogado especializado em Direito Previdenciário

João Badari alerta que, embora seja um direito dos aposentados portadores de doenças graves, a isenção nem sempre é concedida pela via administrativa.

A recusa ou a interrupção do benefício, muitas vezes, faz com que seja necessário ingressar com ação na Justiça.

"Aos segurados do **INSS**, via de regra não há muita dificuldade em reconhecer o direito. As maiores discussões judiciais se referem a uma eventual recuperação do estado de saúde do segurado e ao corte do direito à isenção, o que também se repete muito para os **servidores públicos**", afirma Badari.

Segundo ele, um caso comum é o do aposentado ou pensionista que obtém a cura da doença grave. Para ser realizado o corte da isenção, é necessário que ele passe por avaliação técnica do seu estado de saúde. Isso porque é possível que a doença deixe sequelas ou volte a acometer o segurado.

Outro ponto de discussão é sobre o cabimento da isenção de Imposto de Renda aos pacientes que ainda precisem de tratamentos periódicos para controlar a patologia.

Na opinião de João Badari, o caminho administrativo deve ser a primeira opção para buscar o direito garantido pela lei.

"Para a discussão judicial, é fundamental que seja feito o prévio requerimento administrativo e que o mesmo seja negado para que o segurado possa ajuizar a discussão, munido de uma boa prova sobre o seu estado de saúde e de uma avaliação do advogado habilitado para o representar judicialmente", finaliza.

Em resposta ao R7, a **Receita Federal** informou, em nota:

"Administrativamente, só o 'laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios', conforme determina o art. 30 da Lei nº 9.250, de 1995. Judicialmente o cidadão pode comprovar de outras formas e o juiz decide. Uma vez, tendo uma decisão transitada em julgado, cabe à **Receita Federal do Brasil** obedecê-la, senão sofrerá as penas da lei."

Caso o aposentado ou pensionista receba a isenção do IR por esse motivo, ele pode requerer a isenção retroativa desde a data do diagnóstico da doença. "O segurado pode requerer a isenção retroativa respeitado o prazo prescricional".

Ou seja, se o pagador de **impostos** tiver arcado com a tributação mesmo tendo laudo de doença prevista na lei, ele pode pedir restituição dos últimos cinco anos.

Mas para isso, é necessário que nesses cinco anos o trabalhador já estivesse aposentado e já fosse portador de uma das doenças citadas.

*Estagiário do R7 , sob supervisão de Sophia Camargo

***Site: http://noticias.r7.com/economia/aposentados-e-pensionistas-com-doenca-grave-tem-direito-a-isencao-total-do-ir-veja-como-conseguir-23032023***

# PF desbarata esquema para atentar contra Moro

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Sergio Moro: senador disse que fala de Lula "incentiva mentes influenciáveis"

***Isadora Peron e Caetano Tonet***

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nessa quarta-feira, uma operação para desarticular um plano da maior facção que age dentro e fora dos presídios no país para atacar autoridades e **servidores públicos**. Entre os alvos da facção estavam Sergio Moro, ex-juiz e atual senador pelo União Brasil do Paraná, e Lincoln Gakiya, promotor do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) de São Paulo.

Ao todo, nove pessoas foram presas e 24 mandados de busca e apreensão foram cumpridos.

Dois suspeitos continuam foragidos.

A maior parte da operação foi concentrada em São Paulo e no Paraná, mas também houve diligências em Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Segundo os investigadores, a facção pretendia "realizar ataques contra **servidores públicos** e autoridades, incluindo homicídios e extorsão mediante sequestro, em pelo menos cinco unidades da federação". A operação foi batizada como "Sequaz", que faz referência ao "ato de seguir, vigiar, acompanhar alguém" e foi escolhido "devido ao método utilizado pelos criminosos para fazer o levantamento de informações sobre possíveis vítimas".

De acordo com a apuração, os criminosos planejavam realizar os ataques simultaneamente. A facção teria alugado imóveis ao lado de endereços de Moro para acompanhar a rotina do senador.

A família do ex-juiz, que é casado com a deputada Rosangela Moro (União Brasil -SP), também estava sendo monitorada pelo grupo.

A PF suspeita que Moro era um dos alvos por ter ordenado em 2019 , enquanto ministro da Justiça e Segurança Pública do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a transferência de Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, e outros integrantes da facção para presídios federais de segurança máxima.

Além de Marcola, outros 21 integrantes da facção criminosa liderada por ele foram transferidos ao longo de 2019 para um dos cinco presídios federais administrados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, liderado à época por Moro.

Os presídios federais contam com agentes penitenciários com treinamento especializado e equipamentos mais sofisticados, como bloqueadores de celulares.

Um forte aparato de segurança também tenta impedir o contato dos detentos com o mundo externo, rebeliões e fugas.

Na época das transferências, Moro defendia que o isolamento dos líderes das facções era uma das melhores maneiras de combater o crime organizado e de evitar confrontos entre grupos rivais nas penitenciárias do país.

Investigadores da Polícia Federal indicam que, além das transferências, os planos para sequestrar ou até matar Moro também seriam uma retaliação a uma medida para restringir as visitas sociais em presídios federais, com o objetivo de conter o repasse de informações para os criminosos.

Uma portaria publicada pelo Ministério da Justiça em 2019, por ordem de Moro, proibiu o contato físico entre os detentos e visitantes, estabelecendo que os encontros só ocorressem no parlatório, onde há um

vidro isolando os presos.

Já Lincoln Gakiya, promotor de Justiça e integrante do Grupo de Atuação de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), em Presidente Prudente, em São Paulo, estaria entre os alvos por estar há 17 anos combatendo ações do grupo criminoso.

Em pronunciamento no Senado, Moro afirmou que foi informado sobre o plano da organização criminosa para sequestrá-lo ou matá-lo no fim de janeiro.

"Quando a gente combate a corrupção, tentam nos matar com mentiras. E quando a gente combate o crime organizado, tentam nos matar de verdade", afirmou.

Durante a fala, o senador apresentou um projeto que prevê a criminalização do planejamento de atentados contra autoridades.

Ele também disse que a fala recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva incentiva mentes influenciáveis e coloca em risco a vida do ex-juiz e de sua família. Em entrevista concedida ao portal 247, o petista afirmou que quando estava detido e alguém lhe perguntava se estava tudo bem, respondia que só ficaria bem depois de "foder" Moro, que era o juiz responsável por sua prisão.

Apesar disso, o senador disse que o combate ao crime organizado deveria ser "suprapartidário".

Para ele, o apoio do governo ao projeto é uma forma de superar a fala de Lula. "Gostaria, mais que uma palavra, um gesto. Gostaria de ter, por exemplo, o apoio do governo federal para esse projeto, para que possamos superar esse episódio", afirmou.

A politização do tema foi temida pelo governo desde o início do dia. "É óbvio que vai ter um esforço da oposição de politizar isso", comentou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para quem "a realização dessa operação hoje [ontem] é a prova cabal que o tempo de uma PF aparelhada acabou".

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=2&section=1***

# Governo prevê mais tributos

Bernard Appy: "Não se pode imaginar entrar em uma reforma tributária sem perder nenhum centavo"

***Michelle Portela***

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reconheceu que o setor da saúde suplementar será impactado com maior carga tributária a representantes de hospitais e planos de saúde. Ele participou de evento realizado ontem em Brasília pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), com transmissão do Correio Braziliense. Estudos do setor mostram que o impacto para o setor poderá ser de mais de 21% no volume da carga tributária.

Segundo Appy, o governo está ciente de que haverá elevação tributária no setor de saúde. "Não se pode imaginar entrar em uma **reforma tributária** sem perder nenhum centavo", destacou.

Contudo, o secretário lembrou que o tema ainda será debatido no Legislativo federal. Na avaliação do secretário, há possibilidade de uma "abordagem diferenciada" no contexto da **reforma tributária**. "Como pode ser esse tratamento? Via alíquota menor, isenção, mudança na regra de creditamento e devolução do imposto para quem está pagando", exemplificou Appy.

Entre as correções a serem realizadas na reforma para o setor está a mudança na regra para a importação de insumos, favorecidos no preço em relação ao nacional - justamente devido à taxa de **impostos**. E voltou a afirmar que "não dá para empresas dizerem que não querem pagar um centavo a mais de imposto do que pago hoje. Aí não tem reforma", afirmou o secretário.

A expectativa, segundo interlocutores, é de que o impacto da tributação seja revertido pela melhora na renda dos trabalhadores que acessam ou poderão acessar a saúde suplementar. Atualmente, os planos de saúde atendem a 50,3 milhões de pessoas com cobertura médica e hospitalar. E há outros 30,7 milhões exclusivamente odontológicos. Totalizando 81 milhões de usuários no total.

Dados da LCA Consultoria apresentados durante o evento apontam que o aumento da carga tributária com o IVA será de até 21%. A proposta do governo é criar um tributo unificado aos moldes do que já é praticado em países de economia desenvolvida. No caso brasileiro, o IVA seria de 26%, de acordo com o que o governo debate atualmente no contexto da **reforma tributária** que tramita no Congresso Nacional.

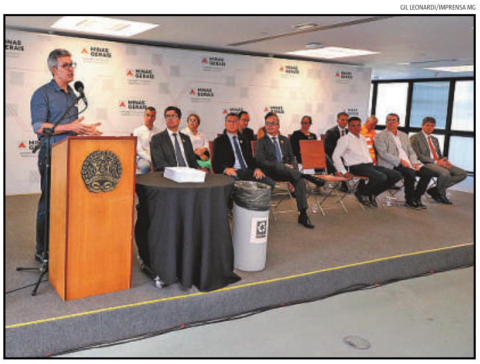
O estudo da LCA Consultoria aponta que, somente para o setor hospitalar, a implementação do IVA elevará a carga tributária dos atuais 9,9% para 26,9%. Para os planos de saúde, o aumento seria de 4,2% para 26,9%.

Para Renato Casarotti, presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), a proposta do governo preocupa o setor, já que a única certeza na lógica de alíquota única é o aumento da carga de **impostos**. "Se a expectativa [dos efeitos da reforma] se realiza menor do que o projetado, isso é muito complicado. O impacto na cadeia será sempre para o consumidor final", avalia.

O setor, de acordo com Casarotti, é favorável à reforma, mas pretende debater ao limite a consideração diferenciada a ser colocada no Legislativo. "Simplificar é super importante, mas diferenciar é mais. O que a gente tá pedindo não é redução de imposto, mas não queremos aumentar preço pro consumidor. Os benefícios são expectativas e o ônus é garantido, isso é o que a gente não pode concordar".

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/23/all.pdf***

# Zema lança novo ICMS e defende reforma tributária



GIL LEONARDI/IMPRENSA MG

Zema aproveitou o lançamento do novo ICMS para defender a reforma tributária que está no Congresso

> "Infelizmente, no Brasil, nós vamos acumulando um entulho legislativo e regulatório. E isso só serve para dificultar a vida de quem trabalha no setor produtivo e também de quem está aqui no estado"
>
> ■ Romeu Zema (Novo), governador de Minas

***Luana Pedra***

O governador Romeu Zema (Novo) lançou ontem o novo regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que, de acordo com o governo estadual, será mais o simples e mais moderno do Brasil. Zema aproveitou o evento para reforçar seu apoio à **reforma tributária** federal, sobre a qual afirmou que irá "corrigir distorções".

A nova regulamentação do ICMS, coordenada pela Secretaria de Estado da Fazenda, revogou 1.141 decretos, diminuindo o volume do regimento. Segundo o governo, a nova legislação vai se resumir ao único decreto n° 48.589, que será publicado hoje no Diário Oficial. No entanto, todo o mercado e o setor produtivo terão até julho para se adaptar à nova regulamentação.

"Infelizmente, no Brasil, nós vamos acumulando um entulho legislativo e regulatório. E isso só serve para dificultar a vida de quem trabalha no setor produtivo e também de quem está aqui no estado, já que fica cada vez mais difícil levar adiante qualquer fiscalização e auditoria, já que há tanta coisa a ser consultada", afirmou Zema, exaltando a simplificação da nova lei.

O intuito da nova regulamentação, de acordo com o secretário de estado adjunto da Fazenda, Luiz Claudio Gomes, é gerar novos empregos e atrair mais investimentos para Minas Gerais. "A simplificação, a transparência, a segurança jurídica que essa simplificação irá trazer, vai significar mais empregos, mais investimentos, vai simplificar a tomada de decisão de quem quer expandir o seu negócio", ressaltou o secretário.

A mudança passa por cinco eixos: reorganização do texto e consolidação das regras relativas aos respectivos temas; regras gerais x regras específicas; padronização do texto; simplificação da norma e das obrigações acessórias; e atualização do texto.

"Antes, eram mais de 1,2 mil páginas. Agora, são cerca de 800, de maneira sistematizada e organizada. Isso proporciona a redução de erros e disputas judiciais. O esforço de simplificação e atualização do código é importante e trará benefícios", acrescentou o secretário.

REFORMA O governador Romeu Zema aproveitou o evento para reforçar seu apoio à **reforma tributária**, organizada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O governador já declarou que é à favor e está em diálogo com congressistas petistas de Minas Gerais, como o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), que é o coordenador do grupo de trabalho. Na solenidade de ontem, Zema afirmou que, enquanto era do ramo empresarial, não tinha manejo com a **legislação tributária** e que isso afasta investimentos. Ele ressaltou ainda que, com a **reforma tributária**, será possível "corrigir essas distorções".

"Eu, que venho do setor produtivo, posso dizer por experiência própria, que eu passava mais tempo da minha atividade empresarial tentando entender a complexidade da parte tributária, do que propriamente aprimorando a operação da empresa", disse. "Nós devemos ser o único país onde quanto mais os produtos são transportados, mais baratos ficam. É contraditório. Quanto mais longe vai, mais caro teria que ficar. Aqui nós temos essas situações excepcionais, em que a **reforma tributária** vai corrigir essas distorções", completou.

Na última terça-feira, o governador classificou o sistema tributário do país como "manicômio". "Quero frisar que sou totalmente favorável (à reforma). Precisamos simplificar o sistema tributário no Brasil e fazer com que quem trabalha e produz fique aplicando seu tempo e esforços na atividade - e não tentando entender esse manicômio tributário que temos aqui."

"Infelizmente, no Brasil, nós vamos acumulando um entulho legislativo e regulatório. E isso só serve para dificultar a vida de quem trabalha no setor produtivo e também de quem está aqui no estado"

Romeu Zema (Novo), governador de Minas

***Site:***
***https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/03/2023/p1***

# Lira quer pautar texto antes da tributária e dar relatoria ao PP

Brasília Apesar do adiamento do anúncio das novas regras para as contas públicas pelo governo Lula (PT), o texto deve ganhar prioridade na Câmara dos Deputados e ser votado antes mesmo da análise da **reforma tributária**.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer pautar as mudanças nas regras fiscais ainda no primeiro semestre, logo após o envio formal do texto ao Congresso.

A relatoria deve ficar com um parlamentar do PR mesmo partido de Lira. O presidente da Casa disse à reportagem que ao menos cinco deputados da legenda estão sendo considerados para a relatoria.

A indicação fora prometida ao deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), mas, segundo relatos feitos à Folha, o fracasso das negociações entre o partido e o PP para a formação de uma federação partidária entre as duas legendas acabou minando o acordo.

O projeto deve passar à frente da proposta que une e simplifica os **tributos** sobre consumo -que, diferentemente do novo marco, já está em tramitação. As duas agendas são prioritárias para a Fazenda.

O próprio governo admite que a aprovação da regra fiscal deve ser mais célere. O ministro- chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), disse nesta quarta-feira (22) que "com certeza" o projeto será votado antes da **reforma tributária**.

Lira afirmou que tem dado "sinais públicos de fortalecimento" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), na discussão sobre a regra fiscal.

"Haddad está sofrendo críticas do mercado e do PT. [Se recebe] crítica dos dois lados, é porque está bom o texto", disse Lira na terça (21). "Ficamos de ter uma reunião com todas as lideranças na quarta até que [o governo] decidiu adiar para depois da viagem do Lula para a China [o anúncio da nova regra], porque achava ruim anunciar e viajar" Segundo o presidente da Câmara, o governo ainda não apresentou projeções dos efeitos do novo marco fiscal nos próximos anos. Como mostrou a Folha, ainda há indefinição em relação a parâmetros que ditarão a dinâmica futura dos gastos. Por isso, há ajustes a serem feitos na proposta.

A decisão sobre a ordem de prioridades entre as duas matérias está relacionada a questões legislativas e políticas.

A nova regra fiscal será um projeto de lei complementar, que tem tramitação mais simples no Congresso, mas requer maioria absoluta de votos: 257 deputados e 41 senadores, em apenas um turno de votação em cada Casa.

Já a **reforma tributária** é uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que segue um rito próprio de tramitação. O texto já passou por comissões na Camara e está pronto para ir ao plenário, mas, diante da perspectiva de mudanças, é atualmente debatido em grupo de trabalho.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos em cada Casa.

Além disso, o tema da **reforma tributária** é considerado mais complexo. Embora parlamentares, integrantes do governo e empresários digam que há um consenso sobre a necessidade de simplificar o atual sistema, as minúcias da proposta mexem com interesses de grandes grupos -que se tornam vetores de pressão sobre o Parlamento.

O setor de serviços é um dos que temem a elevação da carga tributária sobre o segmento, que hoje sofre menor incidência de PIS e Cofins, dois **tributos** federais que seriam unificados no novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O agronegócio também tem dado dor de cabeça nas negociações, impondo resistências.

Por isso, a avaliação de Lira é que não há ambiente para a **reforma tributária** ser votada antes da nova regra fiscal.

Parlamentares da Casa afirmam que a aprovação do novo marco, por sua vez, pode dar uma sinalização importante ao mercado financeiro, no momento em que o governo amplia os apelos para que o Banco Central corte os juros.

A aceleração do projeto de lei, na avaliação de deputados, transmitiría uma mensagem de

compromisso com as contas públicas que seria benéfica para a imagem do governo e do país, atraindo investidores e criando um ambiente favorável para que o BC consiga relaxar sua política monetária.

O deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) diz que Lira tem dialogado com os parlamentares sobre o avanço da pauta econômica.

"Há sentimento de que podemos priorizar a âncora fiscal. Com essa pauta aprovada, daremos previsibilidade, buscaremos redução da taxa de juros e teremos uma sinalização clara para o equilíbrio das contas públicas, além de melhorar nossa nota de crédito e a imagem do Brasil para buscar investimentos internacionais", avalia. Idiana Tomazelli, Julia Chaib, Victoria Azevedo, Cézar Feitoza, Thia-go Resende e Nathalia Garcia

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

# IBS pode encarecer feijão e baratear carro

***Marta Watanabe De São Paulo***

Mesmo que não traga aumento de carga tributária agregada, a reforma na tributação sobre consumo deve ter efeitos heterogêneos sobre preços dos diversos bens e serviços. Tudo depende, claro, do tamanho da alíquota e de questões que ainda serão definidas, como forma de cálculo do imposto e existência de incentivos fiscais.

Considerando certas premissas, como um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) efetivamente não cumulativo, com alíquota uniforme de 25%, mantidas as atuais taxas de lucro das empresas, o preço do arroz e feijão, por exemplo, pode subir praticamente 20%. O do automóvel, porém, pode cair 38,3%.

O aumento ou queda do preço de algum produto pode ser compensado ou amenizado pelo efeito em outro, dentro da cesta de consumo total de uma pessoa ou família.

A mensalidade escolar, excetuando as de empresas do Simples e as entidades imunes, pode pesar 13% a mais no orçamento. Roupas podem ficar 13,7% mais baratas.

Mecanismos como o cashback ou alíquotas diferenciadas para setores restritos, porém, podem alterar efeitos de aumento de preços.

De forma mais agregada, o IBS deve elevar a progressividade na tributação sobre consumo. Ou seja, pessoas com renda mais alta pagarão mais. No decil mais alto de renda - ou seja, entre os 10% de maior ganho -, a fatia na arrecadação total de **tributos** sobre consumo deve subir quatro pontos percentuais, considerando IBS de 26,9%. Em todos os demais decis de renda abaixo há redução de participação.

Essas são algumas das conclusões de diagnóstico do sistema tributário sobre consumo feito para o Banco Mundial pelos economistas Gabriel Lara Ibarra, Eduardo Fleury e Rafael Macedo Rubião. O estudo teve como objetivo calcular a carga tributária de cada bem e serviço levantado na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerou-se a POF de 2017/2018. O impacto nos preços também foi medido para se calcular o efeito do novo imposto segundo a renda das famílias.

Fleury lembra que o impacto do IBS nos preços de bens e serviços não deve ser analisado de forma isolada, porque o IBS deverá ter efeitos heterogêneos para o consumidor.

O efeito líquido em termos de carga tributária para uma pessoa ou uma família depende do que se consome. O impacto calculado nos preços, lembra, considerou manutenção das margens de lucro. Ou seja, para se fazer o cálculo do efeito sobre preço, considerou- se que o produtor ou vendedor não mexeriam na sua taxa de lucro, independentemente do impacto do fim da cumulatividade no custo. Por força das condições de mercado, demanda e oferta, as taxas de lucro também podem variar, mas não seria possível projetar como os agentes econômicos vão reagir, explica.

O efeito sobre preços, lembra, também não deve acontecer de uma hora para outra, já que as propostas em discussão preveem prazo de transição para as empresas, na adoção do IBS. Os prazos de transição dos últimos textos das PECs 45/2019 e 110/19 vão de seis a dez anos. O período de transição é considerado importante para adaptação à mudança de preços relativos que o IBS deve trazer e também para a calibragem da alíquota do novo imposto à medida que os **tributos** originais são eliminados (ver Contexto abaixo).

Para medir o impacto efetivo da tributação no sistema atual, o estudo para o Banco Mundial considerou não somente o tributo na venda ao varejo, mas também o incidente nos custos das empresas e nos fornecedores, diz Fleury, que também é tributarista e sócio da FCR Law.

No sistema tributário atual há "os **impostos** invisíveis", diz. "O consumidor olha a nota fiscal, mas muitas vezes o que está lá é uma pequena parcela do imposto cobrado sobre o bem ou serviço. "É como um iceberg tributário, porque há uma parte da carga tributária que não se consegue ver, que está abaixo da superfície. O que se vê na nota é somente o que se consegue enxergar da superfície." O arroz e feijão, por exemplo.

Atualmente alimentos considerados essenciais são isentos ou têm tratamento tributário mais ameno de PIS, Cofins e ICMS. Quando o consumidor compra algum item isento, por exemplo, pensa que não está pagando nenhum imposto, explica Fleury. Mas a embalagem é tributada, assim como ações contratadas para promoção e marketing dos produtos,

por exemplo.

Além disso, nem todo o tributo pago pelo fornecedor gera crédito, tornando o imposto cumulativo.

Isso faz com que a carga efetiva atual sobre arroz e feijão seja de 3,8%, mesmo que sua tributação na venda no varejo seja zero.

No café a tributação na venda ao consumidor final também é zero, mas a carga efetiva, considerando a parte escondida do "iceberg", é de 10,6%.

No IBS, considerando a não cumulatividade efetiva, diz ele, os **tributos** pagos pelo fornecedor passam a ser integralmente compensados.

Por isso, com um IBS de 25%, segundo o estudo realizado, o efeito no preço dos diversos produtos seria heterogêneo. Porque, mesmo para produtos que não pagam **impostos** no varejo, a carga tributária escondida é muito diversa.

O preço do arroz feijão subiria 19,8%. Do café, 11,2%. Do requeijão, que também é tributado a zero no varejo, cairia 2,4%. O efeito do novo imposto nos preços de alimentos é um dos pontos polêmicos da **reforma tributária**, lembra Fleury. No caso do efeito disso para as famílias de menor renda, nas quais o gasto com alimentos tende a ser mais representativo dentro da cesta total de consumo, a proposta é fazer o cashback, diz ele, que é o ressarcimento ao menos de parte do tributo pago.

Bernard Appy, secretário especial de **reforma tributária**, tem dito que o governo estuda modelos internacionais de cashback.

Ressaltando sempre que a decisão final é do Congresso, Appy tem falado da possibilidade de essa devolução ser imediata, "no caixa do supermercado", com determinadas condições, como limites de valor.

O efeito não será somente de aumento de preços, aponta o estudo do Banco Mundial. Em roupas, pode haver redução de 13,7% nos preços.

Em sapatos e artigos de couro, de 14,2%. Vários itens importantes de materiais de construção, que têm carga tributária efetiva alta atualmente, devem ter redução de preços. Cimento e tijolo, por exemplo, podem pesar 9,2% a menos no bolso do consumidor. Para automóveis, nos quais há carga tributária efetiva atual de 49,6%, o estudo indica redução de 38,3% no preço.

Motocicletas podem ficar 48,9% mais baratas.

Fleury lembra que o estudo considerou as alíquotas de ICMS em São Paulo. No caso de automóveis, por exemplo, a situação pode ser diferente levando em conta que outros Estados possuem benefícios fiscais diversos para o setor. Nesse caso, diz, a carga tributária efetiva atual pode ser um pouco menor e o impacto nos preços do IBS também será um pouco menor.

Nas mensalidades escolares, outro ponto sensível da discussão de **reforma tributária**, deve haver aumento de preços, segundo o estudo, de 13%. Há diferença se a escola estiver no Simples Nacional, lembra Fleury. Nesse caso o aumento é bem menor, de 0,6%.

Já nas instituições de ensino imunes, a alta é de apenas 0,04%. Segundo dados da **Receita Federal**, diz Fleury, as escolas do Simples Nacional correspondem a 15% total do faturamento auferidas pelo setor. As instituições imunes, a 53%. As escolas que serão atingidas com aumento maior, de 13%, portanto, correspondem a 32% do total de receitas. "Não estamos falando de número de alunos, estamos falando em total de receitas", salienta.

Em relação ao impacto da reforma em serviços de saúde e educação, Fleury destaca que, no âmbito das PECs em discussão, benefícios temporários ou reduções de alíquotas para alguns setores estão em debate. Appy defende que o ideal é que o IBS tenha apenas uma alíquota, mas na terça, dia 21, em conversa com parlamentares, reconheceu que isso provavelmente não ocorrerá.

Para o secretário, o "importante é ter o mínimo possível de exceções" e saúde e educação foram citados entre setores que podem ter tratamento diferenciado.

No conjunto, diz Fleury, a **reforma tributária** com adoção do IBS deve trazer um sistema tributário mais transparente e com maior progressividade, que irá resultar em maior eficiência. Segundo estudo do Banco Mundial, que considerou alíquota de IBS de 26,9%, o grupos dos 10% de maior renda da população brasileira vai avançar de atuais 32,9% para 36,9% na participação da arrecadação de **tributos** sobre consumo, após a reforma. Nos outros nove decis abaixo, essa fatia irá cair após a reforma, em quedas que variam de 0,2 ponto percentual a 0,8 ponto percentual.

Contexto

O estudo "Diagnóstico do Sistema Tributário" foi apresentado na última semana em reunião do Grupo de Trabalho formado na Câmara dos Deputados para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019. Foi com base em premissas dessa PEC

que o estudo foi realizado, considerando um IBS que irá reunir os atuais PIS, Cofins e IPI, federais, ao ICMS estadual e ao ISS municipal. Para medir o impacto nos preços o estudo considerou alíquota de 25% em IBS não cumulativo.

A PEC 45/2019 e a PEC 110/2019 são consideradas pelo governo como as propostas que devem servir de base para a discussão da **reforma tributária** sobre consumo. Uma das grandes diferenças entre as duas propostas é que, em seu último relatório, a PEC 110/2019 estabelece uma tributação sobre consumo também no destino e não cumulativa, mas com dois **impostos**: um IBS federal, juntando **tributos** federais, e um IBS subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Como a legislação atual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) é diversa entre Estados e municípios, respectivamente, o estudo considerou as alíquotas no Estado de São Paulo, para o caso do tributo estadual. No caso do ISS considerou-se alíquota de 2%. Veja resumo das principais premissas consideradas no estudo no quadro acima.

O que é bom saber*:

1) O impacto no preço pode demorar de seis a dez anos, conforme o período de transição para o novo imposto.

2) O estudo adotou hipótese de manutenção das margens de lucro, mas condições de mercado, como demanda e oferta, podem fazer essas taxas variarem.

3)Alguns resultados refletem o setor e não o produto especificamente, pois não foi possível individualizar cada produto, como em remédios.

4) A carga efetiva embute **impostos** escondidos pagos nos insumos e serviços necessários para o produto vendido e por isso é diferente do imposto que se paga na venda ao consumidor final.

5) Os cálculos consideraram ICMS SP e alíquota de ISS de 2%, quando aplicável.

6) Alíquotas aplicadas refletem ano de 2020.

7) As pesquisas setoriais do IBGE usadas refletem 2017 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares é a do ano de 2017/2018

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Impactos da reforma

Efeitos do novo IBS sobre preços de itens selecionados - em %

**Preços que caem**

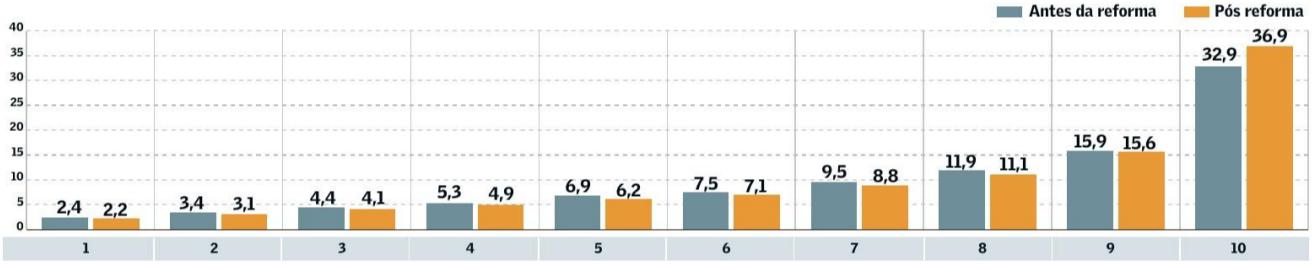
| | Carga tributária atual efetiva | Impacto no preço com IBS de 25% |
|---|---|---|
| Automóveis | 49,6 | -38,3 |
| Roupas | 30,5 | -13,7 |
| Cimento | 26,4 | -9,2 |
| Móveis | 27,1 | -9 |
| Antigripal/Analgésico /Anti-inflamatório | 24,8 | -7,9 |
| Televisão por assinatura | 23,1 | -5,6 |

**Preços que sobem**

| | Carga tributária atual efetiva | Impacto no preço com IBS de 25% |
|---|---|---|
| Arroz e feijão | 3,8 | 19,8 |
| Escolas | 9,5 | 13 |
| Antibiótico | 10,7 | 10,6 |
| Clínicas | 11,2 | 8,4 |
| Carnes | 14,4 | 6,7 |
| Refeições em restaurantes | 13,5 | 6,5 |

**Maior progressividade**

Efeito na participação de cada decil de renda no total da arrecadação da tributação sobre consumo, considerando IBS de 26,9% - em %



# Indústria farmacêutica diz que apoia reforma, mas quer regime especial

***Lu Aiko Otta De Brasília***

A indústria farmacêutica nacional apoia a **reforma tributária**, mas quer ser enquadrada em um regime especial para a área de saúde.

Esse é o padrão nos países que adotaram o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), disse ao Valor Reginaldo Arcuri, presidente da FarmaBrasil, associação das empresas do setor. "Somos a favor da simplificação, pois há mesmo um manicômio tributário." Hoje, cerca de 70% dos medicamentos comercializados no Brasil não pagam o PIS/Cofins. Eles integram uma lista positiva elaborada pelo Ministério da Saúde que lhes garante esse tratamento tributário especial. Alguns Estados também desoneram medicamentos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desde que estejam na lista positiva.

Não está claro se a lista será ou não mantida com a **reforma tributária**.

Alguns projetos de lei apresentados pelo governo anterior acabavam com ela. Relatórios elaborados para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 deram diferentes tratamentos ao tema.

A estratégia adotada pelo governo é tentar aprovar uma emenda constitucional com os conceitos da **reforma tributária** e depois detalhar os pontos em uma lei complementar.

O tratamento ao setor de fármacos é um dos temas que ficariam para a discussão posterior.

Outro ponto que preocupa os laboratórios é o cashback. Existe a possibilidade de esse mecanismo, que vem sendo divulgado como forma de compensar os mais pobres pelo fim da desoneração da cesta básica, abarcar também os medicamentos. Há muitas dúvidas sobre o público a ser atendido e a extensão desse programa.

São dúvidas que também ficarão para serem dirimidas na elaboração da lei complementar.

Há insegurança também em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, destacou Arcuri.

Esse mecanismo está previsto na PEC 110 e o governo o apoia, pois serviria para ajudar Estados menos desenvolvidos.

Nas últimas décadas, várias unidades da federação atraíram empresas oferecendo descontos no ICMS, na chamada "guerra fiscal".

A reforma pretende acabar com esse mecanismo. O Fundo de Desenvolvimento Regional seria uma forma de trocar esses incentivos fiscais por apoio financeiro concedido via orçamento. Essa segunda forma é recomendada por especialistas em contas públicas, por ser mais transparente.

A guerra fiscal foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desde então, foram editadas duas leis. Uma convalidou benefícios que já haviam sido concedidos. Outra assegurou que benefícios já existentes permaneceriam válidos até 2032.

Não se sabe como a **reforma tributária** se relacionará com essas leis.

Tampouco está claro como os Estados utilizarão os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional: para atender as empresas que tinham direito aos descontos do ICMS ou para atrair novas plantas.

A lista positiva é a mesma desde o governo de Dilma Rousseff, comentou Arcuri. Com isso, medicamentos novos têm tratamento tributário diferente dos mais antigos, que estão na lista. A atualização do rol é um pleito importante do setor. O antigo Ministério da Economia chegou a elaborar uma revisão no ano passado, mas não concluiu o processo.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# BC resiste à pressão e mantém taxa básica

***ROSANA HESSEL***

Apesar dos ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de vários ministros e políticos, o Banco Central manteve-se inabalável na condução da política monetária e não deu sinais de quando pretende começar a reduzir os juros. Em termos reais, descontada a **inflação**, a taxa praticada no Brasil permanece no topo dos rankings globais.

O Comitê de Política Monetária (Copom), na segunda reunião do ano, ontem, decidiu manter a taxa básica da economia (Selic), em 13,75% ao ano para os próximos 45 dias, pela 5ª vez consecutiva. A decisão, que era esperada pelo consenso do mercado financeiro, foi unânime.

Além de não sinalizar quando deverá reduzir a Selic, o Banco Central deu uma resposta dura às críticas do governo. No **comunicado**, a autoridade monetária deixou a porta aberta para uma eventual alta da Selic se as pressões inflacionárias ganharem corpo. "O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", destacou o texto da nota do Copom.

O colegiado do BC reconheceu que o ambiente externo se deteriorou na comparação com a reunião anterior, ocorrida em fevereiro, e não deixou de destacar as incertezas na questão fiscal, devido à indefinição do novo arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública. No texto ainda reforçou que "segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da **inflação**".

Dobrando a aposta

A decisão do Copom desagradou o governo e representantes da indústria, mas não surpreendeu analistas do mercado. "O Copom resolveu dobrar a aposta, olhando para frente essa **inflação** de 2024, que é o foco principal deles e cujas expectativas pioraram desde a última reunião do Copom nos modelos do BC. Com isso, a autoridade monetária subiu o tom neste momento, até para se resguardar da pressão política que está ocorrendo e deve aumentar nas próximas semanas por consequência da decisão e pelo tom que foi colocado no **comunicado**", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Segundo ele, resta ao governo acelerar a proposta do novo arcabouço fiscal antes da próxima reunião do Copom, que ocorrerá em 2 e 3 de maio. "Se a regra nova for excelente e robusta, sem artifícios para desmontar o regramento, sem interferências internas do governo ou por parte do Congresso, o Banco Central poderá começar a pensar em baixar a taxa Selic nas próximas reuniões. O governo precisa ter esse entendimento", avalia.

Sergio vê espaço para queda da Selic apenas no terceiro trimestre deste ano. Mas se quiser abrir um espaço para queda em junho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisará negociar um arcabouço fiscal que recupere a credibilidade. "O que menos precisa agora é o governo se unindo para continuar atacando o BC. Ele deve entender o recado do Copom para que ele consiga ter espaço para baixar a Selic", completou.

Duas horas depois da divulgação da decisão do Copom, o ministro Fernando Haddad, quebrou o protocolo e resolveu comentar o **comunicado** do Comitê e afirmou que o classificou como duro e "muito preocupante". Para Haddad, o BC não considerou os dados divulgados, ontem, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que melhorou a previsão para o rombo fiscal deste ano, confirmando as projeções da pasta feitas em janeiro de melhora nas receitas.

Haddad criticou ainda a possível alta de juros mencionada pelo BC, "em um momento em que a economia está se retraindo e que o crédito está com problemas, sobretudo para as empresas e para as famílias". E prosseguiu: "O **comunicado** preocupa bastante, porque, a depender das futuras decisões, nós podemos inclusive comprometer o resultado fiscal". O ministro descreveu um cenário desolador. "Daqui a pouco, você vai ter problemas das empresas para vender, recolher **impostos**? A nossa preocupação é essa", afirmou.

Em tom mais incisivo, Gleisi Hoffmann atacou o presidente do BC, Roberto Campos Neto. "Explica como empresários podem captar recursos com os maiores juros do mundo? Como investir se o dinheiro aplicado rende 8% reais? Você não entendeu seu compromisso com o Brasil? Seus juros só beneficiam o rentismo e quem não produz. Sua política monetária já foi derrotada", escreveu em uma rede social. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI)

considerou a decisão do Copom "equivocada" e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) disse que os juros "são entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil e podem prejudicar a geração futura de emprego".

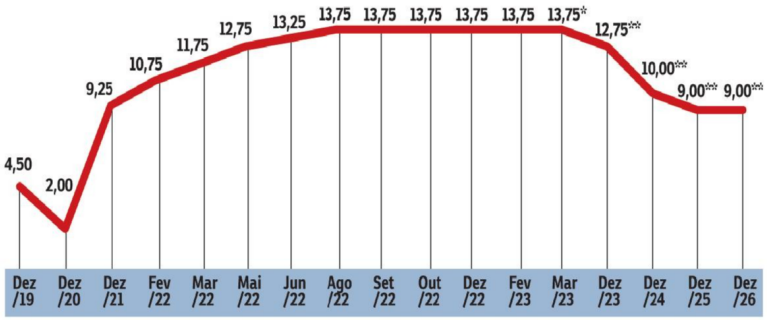
"O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado" **Comunicado** do Copom após a divulgação da taxa Selic a 13,75%

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/23/all.pdf***

# Nas alturas

Pela quinta reunião consecutiva, o Comitê de Política Monetária (Copom) decide manter a taxa básica da economia (Selic) em 13,75%

**EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS**
Taxa Selic – Em % ao ano




*Decisão do Copom desta quarta-feira (22/3)
**Mediana das projeções do mercado coletadas pelo Banco Central no boletim Focus em 17/03

**HISTÓRICO DE METAS**
Dados em %

Anos em que o Banco Central não conseguiu cumprir a meta de inflção determinada pelo Banco Central.

| Ano | Meta | Piso/Teto | IPCA |
|---|---|---|---|
| 2019 | 4,25 | 2,75-5,75 | 4,31 |
| 2020 | 4,0 | 2,5-5,5 | 4,52 |
| **2021** | **3,75** | **2,25-5,25** | **10,06** |
| **2022** | **3,50** | **2,0-5,0** | **5,79** |
| 2023 | 3,25 | 1,75-4,75 | 5,95* |
| 2024 | 3,0 | 1,50-4,50 | 4,11* |
| 2025 | 3,0 | 1,50-4,50 | 3,90* |

*mediana das estimativas do mercado coletada pelo Banco Central no boletim Focus em 17/3

**RANKING GLOBAL**
Após decisão do Copom, taxa de juros real (descontada a inflação) do Brasil continua na liderança mundial, conforme dados da Infinity

**Taxa real ex-ante***

*descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses
Fontes: Banco Central e Infinity Asset Management

# Tom do comunicado é "muito preocupante", critica Haddad

brasília O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), criticou nesta quarta--feira (22) a decisão do Copom de manter a taxa de juros no patamar atual de 13,75% ao ano e disse considerar "muito preocupante" o tom do **comunicado**.

"Eu considerei o **comunicado** preocupante, muito preocupante, porque hoje nós divulgamos o relatório bimestral da Lei de Responsabilidade Fiscal mostrando que nossas projeções de janeiro estão se confirmando sobre as contas públicas [com déficit menor] ", disse Haddad a jornalistas.

O BC enfatizou a "deterioração adicional" das expectativas de **inflação** e deixou a porta aberta para retomar o ciclo de alta dos juros.

O tom duro vai na direção contrária do que almeja o governo Lula (PT), que tem pressionado por uma redução dos juros.

"O **comunicado** deixa em aberto. Num momento em que economia está retraindo e que o crédito está com problemas, sobretudo empresas, famílias, o Copom chega a sinalizar até a possibilidade de uma subida da taxa de juros, que já é hoje a mais alta do mundo", disse Haddad.

"Então obviamente que nós lemos com muita atenção, com consideração, mas nós achamos que realmente o **comunicado** preocupa bastante, porque a depender das futuras decisões, nós podemos inclusive comprometer o resultado fiscal, porque daqui a pouco você vai ter problema das empresas para venderem, recolherem **impostos**. Nossa preocupação é essa", afirmou o ministro.

Além da deterioração das expectativas de **inflação**, o BC também cita a incerteza sobre a nova regra fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública como fator que pesou em sua decisão. Na terça (21), Lula afirmou que o anúncio do marco fiscal ficará para abril, quando voltar da China.

Haddad argumentou que o governo tem sinalizado para uma trajetória de melhora nas contas e disse que pretende "fazer chegar" ao BC as projeções mais recentes para o Orçamento, anunciadas nesta quarta. No relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, a estimativa de déficit para o ano caiu de R$ 228,1 bilhões para R$ 107,6 bilhões.

O governo também teme o efeito dos juros sobre a atividade econômica. "A economia precisa estar funcionando para as contas se equilibrarem", disse.

Haddad ressaltou que, em um ambiente mais adverso no cenário internacional, o Brasil está em "situação diferente" dos demais países, pois a **inflação** já desacelerou, mas a taxa de juros permanece elevada.

"É só comparar com a **inflação** europeia. E a taxa de juros do mundo desenvolvido, apesar de ter subido, continua negativa [em termos reais]. Ela não está positiva. Enquanto a nossa taxa de juros é a maior do mundo." O ministro da Casa Civil, Rui Costa, fez coro às críticas de Haddad. "Essa decisão não é o que o governo esperava", afirmou. "Essa insensibilidade do BC só aumenta o desemprego e o sofrimento do povo brasileiro. Não dá para compreender." IdianaTomazelli

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

# Brasil é campeão de juros reais

De acordo com levantamento da Infinity Asset Management, o Brasil reforçou sua liderança no ranking global de juros reais. Descontando a **inflação** estimada para os próximos 12 meses, a taxa real de juro brasileira ficou em 6,94% ao ano, em um ranking de 40 países. "Não faltam argumentos para a Selic cair. Nada justifica uma taxa de juros de 13,75% ao ano", criticou Miguel de Oliveira, diretor-executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/23/all.pdf***

# Portugal regulariza 66 mil brasileiros em uma semana com novo sistema

***ONDE SE FALA PORTUGUÊS Giuliana Miranda Lisboa***

O sistema de autorização de residência automática em Portugal para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), recebeu 85,7 mil pedidos em sua primeira semana de funcionamento.

A maioria dos casos é para regularização de estrangeiros que chegaram ao país como turistas, mas permaneceram para morar e trabalhar sem a documentação adequada. Até a última terça-feira (21), a plataforma já havia validado 74.725 solicitações.

Os brasileiros são, com folga, a nacionalidade mais beneficiada, respondendo por 89,4% dos pedidos feitos. Com isso, mais de 66 mil cidadãos do Brasil já obtiveram o documento, com validade inicial de um ano e custo de emissão de 15 (cerca de R$ 84,9).

Angolanos aparecem em um distante segundo lugar, com 2,9% dos pedidos, seguidos de perto pelos cabo-verdianos, com 2,6%. A seguir vêm os cidadãos de Guiné-Bissau (2,2%), São Tomé e Príncipe(i,9%), Moçambique (0,7%) e Timor Leste (0,4%). Não houve, até aqui, pedidos da Guiné Equatorial.

A residência automática para pessoas de países lusófonos, que por enquanto só contempla quem havia dado entrada no processo de regularização até 2022, faz parte de esforços mais amplos de reforma do sistema migratório de Portugal, que depende cada vez mais aos estrangeiros para questões econômicas e demográficas.

Embora Portugal já fosse um dos poucos países da União Europeia a permitir a regularização de estrangeiros sem visto de residência ou de trabalho - principal via de imigração de brasileiros-, o processo era lento. Com o aumento da procura, os casos vinham se arrastando por mais de dois anos no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

O país não tem a tradição de deportar imigrantes, mas os estrangeiros indocumentados têm uma série de dificuldades, como restrições aos apoios sociais e a alguns benefícios de saúde pública, além de estarem mais vulneráveis à exploração no mercado de trabalho.

"Estava há mais de um ano esperando a entrevista do SEF e nada, nenhuma previsão de quando iria acontecer. Nesse meio tempo, fiquei grávida e não consegui todos os abo nos porque não tinha a autorização de residência", diz a esteticista mineira Kelly Souza, 29, que aderiu à plataforma automática. "Sinto que agora a minha vida vai finalmente andar, porque a burocracia aqui é muito grande." No lançamento do programa, no último dia 13, o sistema chegou a sair do ar e apresentar instabilidades devido à grande quantidade de acessos simultâneos.

Na avaliação da presidente da Casa do Brasil de Lisboa, associação que presta apoio aos brasileiros em Portugal, a medida é positiva para os cidadãos de países lusófonos, mas as comunidades migrantes ainda têm muitas incertezas sobre seu funcionamento.

"O processo gerou muitas dúvidas para os imigrantes, que queriam saber se a nova autorização conferia os mesmos direitos que as outras, como a liberdade de circulação de 90 dias no espaço Schengen [área de circulação comum europeia] ", diz Cyntia de Paula.

"E a resposta é sim. Essa autorização de residência tem todos os direitos das outras", esclarece ela, que tem um serviço de apoio jurídico que auxilia nos processos de regularização.

Um dos principais pontos de hesitação em relação à nova modalidade é a própria apresentação do documento. Ao contrário da autorização de residência tradicional, que é um cartão de plástico com foto, a da CPLP é uma folha de papel com as informações do estrangeiro impressas.

Nas redes sociais e em grupos de brasileiros, há diversas publicações com desinformação a respeito do tema, inclusive com pedidos para que brasileiros não submetam seus pedidos por meio da plataforma.

A presidente da Casa do Brasil reconhece que ainda será necessário um trabalho de educação e de conscientização da comunidade, dos órgãos públicos e até dos empregadores sobre o novo documento. "Vai ser preciso um tempo para que as entidades empregadoras e os serviços saibam que esse certificado [da CPLP], juntamente com o passaporte, tem a mesma validade do cartão de residência", considera.

Uma nota conjunta dos ministérios da Administração Interna, dos Assuntos Parlamentares e da Digitalização e Modernização Administrativa encoraja os imigrantes com processos pendentes a aderirem à plataforma.

"Este é um procedimento ágil e eficiente que deve ser utilizado pelos cidadãos dos países da CPLP, dando-lhes acesso a direitos em domínios muito relevantes como educação, saúde, segurança, atividade profissional, formação e justiça", diz o texto.

Segundo o governo, o novo sistema de autorização de residência mantém o mesmo padrão de segurança do anterior. A preocupação com a concessão de documentos a foragidos internacionais chegou a ser mencionada por alguns críticos ao modelo.

"Os níveis de segurança mantêm-se inalterados neste processo, tendo sido realizadas 4.369 consultas de segurança prévias à emissão das autorizações de residência por terem surgido alertas na análise inicial." Com o novo contingente de migrantes regularizados, somados aos beneficiários de novos vistos de trabalho para cidadãos da CPLP o número de brasileiros legalmente residentes em Portugal já supera os 300 mil. Após alguns anos em queda, a comunidade brasileira segue crescendo ininterruptamente desde 2017.

Apesar das facilidades implementadas do ponto de vista burocrático, estrangeiros enfrentam cada vez mais dificuldades econômicas para permanecer no país. Em um cenário de **inflação** recorde e de aumento generalizado do custo de vida, sobretudo no preço da habitação, muitos imigrantes acabam em situação de vulnerabilidade social.

A situação é mais delicada para quem acaba de chegar à Europa. Dados da OIM, o braço da ONU para migrações, indicam que o número de brasileiros que pedem ajuda para voltar de Portugal disparou em 2022, sendo muitos deles recém-chegados ao país. Dos 1.051 inscritos no programa de retorno voluntário no ano passado, 913 eram brasileiros.

85,7 mil é o número de pedidos de residência automática em Portugal registrados durante a primeira semana de funcionamento do sistema de autorização para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

89,4% é o percentual de pedidos apresentados por brasileiros; em seguida, aparecem cidadãos dos seguintes países:

2,9% Angola

2,6% Cabo Verde

2,2% Guiné-Bissau

1,9% São Tomé e Príncipe

0,7% Moçambique

0,4% Timor Leste

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224***

# EUA elevam juros em 0,25 ponto e sinalizam que ciclo de altas pode estar no fim

Operador da Bolsa de NY à frente de monitor com o presidente do Fed, Jerome Powell Brendan McDermid/Reuters

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Apesar da turbulência no setor bancário americano, que teve a falência do banco SVB e um plano de apoio ao First Republic, de US$ 30 bilhões, o Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos) decidiu, nesta quarta (22), aumentar os juros em 0,25 ponto percentual A decisão colocou a taxa de referência do país na faixa de 4,75% a 5%.

"O sistema bancário é seguro e resiliente. Os acontecimentos recentes provavelmente resultarão em condições de crédito mais apertadas para as famílias e negócios e terá peso na atividade econômica, emprego e **inflação**. A extensão desses efeitos é incerta", afirmou o Fed, em **comunicado**.

O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que a crise dos bancos fez a instituição considerar deixar a taxa de juros sem aumento nesta reunião, mas acabou decidindo por manter a série de altas, por ter a avaliação de que ainda não é possível precisar os efeitos da turbulência bancária na economia.

"No entanto, pensamos que [a crise bancária] é potencialmente muito real. E isso demanda ficar alerta conforme avançamos", afirmou Powell, em entrevista coletiva, após o anúncio.

O dirigente do Fed disse considerar que "as economias de todos os correntistas estão seguras" e que as autoridades estão preparadas para usar todas as ferramentas para manter a segurança do sistema bancário.

Essa foi a nona alta consecutiva da taxa de juros americana. No **comunicado** sobre a decisão, o Fed sinalizou que pode encerrar o ciclo de alta em breve. O documento retirou o trecho que dizia que "aumentos contínuos" nos juros provavelmente serão apropriados. Esse posicionamento estava em todas as declarações de política monetária desde a decisão de 16 de março de 2022.

Dez dos 18 formuladores de política monetária do Fed ainda esperam que a taxa suba mais 0,25 ponto percentual até o final deste ano, o mesmo nível visto nas projeções de dezembro.

A taxa de referência do Fed deve terminar o próximo ano em 4,3%, com base na projeção mediana feita pelos formuladores. As opiniões variaram, com quatro autoridades esperando que os juros sejam de 5,1% ou mais e quatro esperando que a taxa básica termine o ano abaixo de 4%.

Em dezembro, os formuladores de política monetária do Fed projetaram que 2023 terminaria com a taxa de juros do banco central em 5,1%, antes de cair para 4,1% em 2024.

A política do Fed de alta dos juros tem como objetivo tentar conter a **inflação** nos Estados Unidos, que registrou forte elevação depois da pande-mia. A alta de preços nos Estados Unidos atingiu4,7% em janeiro, no acumulado de 12 meses. Em setembro, o indicador estava em 5,2%.

Juros mais altos costumam esfriar a atividade econômica, especialmente por dificultar o acesso ao crédito. No entanto, a crise dos bancos pode ter o mesmo efeito, por colocar essas instituições financeiras sob maior escrutínio.

Nesse cenário, os bancos podem se tomar mais cautelosas ao fornecer empréstimos, ou terem menos recursos para financiarprojetos, caso tenham de seguir regras mais rígidas sobre quanto dinheiro manter em caixa, por exemplo.

Com Reuters Bolsa de SP e dólar caem após

declarações de Powell Renato Carvalho são paulo Bolsa e dólar fecharam em baixa nesta quarta-feira, refletindo principalmente as declarações de Jerome Powell, presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), logo após o anúncio do aumento em 0,25 ponto percentual na taxa de juros dos Estados Unidos, para o patamar de 4,75% a 5%.

O Ibovespa fechou em baixa de 0,77%, a 100.220 pontos, próximo da mínima do dia, que chegou a 100.128 pontos, e renovando a pior marca do ano. O dólar terminou o dia com queda de 0,20%, a R$ 5,236.

No mercado de juros futuros, houve poucas mudanças após a decisão do Fed. Nos contratos para janeiro de 2024, os juros saíram dos 13,01% do fechamento de terça-feira (21) para i3,02%nesta quarta. Para janeiro de 2025, a taxa passou de 12,10% para 12,03%. No vencimento em janeiro de 2027, os juros tiveram variação mais intensa, recuando de 12,42% para 12,29%.

Em entrevista logo após a divulgação da taxa, Powell reforçou que a prioridade daautoridaae monetária é levar a **inflação** novamente para a metade2% ao ano. "Se fornecessário aumentar mais os juros, vamos fazer", disse Powell.

Na visão de Francisco Nobre, economista da XP Investimentos, a decisão do Fed foi prudente nas circunstâncias atuais. "O **comunicado** foi equilibrado e não estabeleceu compromissos, deixando as portas abertas para qualquer decisão nas próximas reuniões." Em Nova York, o comportamento dos índices de ações também pioraram após a coletiva de Powell, em intensidade maior que a vista no Ibo-vespa. Antes das declarações, os índices operavam em alta. Dow Jones, S P500 e Nasdaq fecharam com quedas próximas de 1,60%.

O mercado brasileiro fechou antes de o Copom anunciara decisão de manter os juros no Brasil em 13,75% ao ano.

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

**O sistema bancário é seguro e resiliente. Os acontecimentos recentes provavelmente resultarão em condições de crédito mais apertadas para as famílias e negócios e terá peso na atividade econômica, emprego e inflação. A extensão desses efeitos é incerta**

**Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA)** em comunicado após elevar os juros para a faixa de 4,75% a 5% ao ano

# Manobra tira custo de reajuste adicional do mínimo do Orçamento

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos Edu Andrade - 11.jan.23/Divulgação Ministério da Fazenda

***IdianaTomazelli e Alexa Salomão***

Brasília A equipe econômica decidiu não incluir agora no Orçamento despesa de R$ 4,5 bilhões para bancar o reajuste adicional do salário mínimo para R$ 1.320, já confirmado por Lula e que vai entrar em vigor em i° de maio.

A manobra contribuiu para reduzir ainda mais a projeção do déficit primário, que caiu de R$ 228,1 bilhões para R$ 107,6 bilhões.

Técnicos e autoridades ouvidos pela Folha na véspera da JEO (Junta de Execução Orça -mentária), ocorrida na terça-feira (21), afirmaram que até então a estimativa era que o déficit fosse atualizado para a casa dos R$ 120 bilhões.

Havia ainda uma avaliação preliminar de que poderia ser necessário um bloqueio nas despesas dos ministérios, que acabou não se concretizando.

As novas projeções foram divulgadas nesta quarta-feira (22) pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, após serem previamente aprovadas pela JEO. O colegiado é formado pelos ministros Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Fernando Haddad (Fazenda) -este último representado no encontro pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Em entrevista coletiva,o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que a reavaliação de receitase despesas do primeiro bimestre considerou parâmetros vigentes.

Ele citou que a SPE (Secretaria de Política Econômica), vinculada ao Ministério da Fazenda, manteve em sua grade de projeções a previsão de salário mínimo em R$ 1.302 -valor vigente hoje, sem o reajuste adicional.

"Se por ventura houver uma decisão de que esse parâmetro será considerado já no segundo bimestre [cujo relatório é divulgado nos meses de maio], nós consequentemente consideraremos o valor nas nossas projeções", disse o secretário.

Bijos afirmou que a inclusão dos R$ 4,5 bilhões "não afetaria a essência do anúncio", mas não respondeu quando lhe foi perguntado sobre as razões de o governo não ter adotado uma reserva prudencial para destiná-la futuramente ao reajuste extra do salário mínimo.

"Não há nenhuma mágica envolvida, é simplesmente seguir nossa metodologia ."Além da redução do déficit, o governo anunciou a existência de uma folga maior em relação ao teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**). No início do ano, o espaço disponível era de R$ 3,4 bilhões. Agora, passou a R$ 13,6 bilhões.

A folga cresce quando há redução de despesas -a não incorporação do custo do novo salário mínimo contribuiu justamente nessa direção.

Em tese, o maior espaço no Orçamento permitiria ao governo elevar ainda mais as despesas neste início de ano. O secretário, no entanto, evitou dar indicações sobre preenchimento da folga com mais gastos. "A LOA [Lei Orçamentária Anual] está disponível em sua integralidade para empenho. Se vai haver uma decisão de acréscimo de despesa, é uma decisão do governo. Não há [decisão] da nossa parte, o que estamos indicando é que há esse espaço", disse Bijos, evitando fazer avaliações sobre a prudência ou não de usar a folga disponível.

O governo também incluiu em sua estimativa de resultado primário uma receita de R$ 26 bilhões com o resgate de ativos hoje depositados no Fundo PIS/Pasep, parados há décadas sem que sejam reivindicados por seus beneficiários. O saque desses recursos pelo governo já foi autorizado pelo

Congresso por meio da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, aprovada no fim de 2022.

No entanto, o Banco Central, órgão responsável pelo cálculo oficial do resultado primário, informou o governo de que tem entendimento contrário: o saque do Fundo PIS/Pasep não configura receita primária. Isso significa que, nas estatísticas oficiais, isso não vai melhorar o resultado das contas.

Na prática, aos olhos do BC, é como se o déficit hoje projetado fosse de pelo menos R$ 133 bilhões.

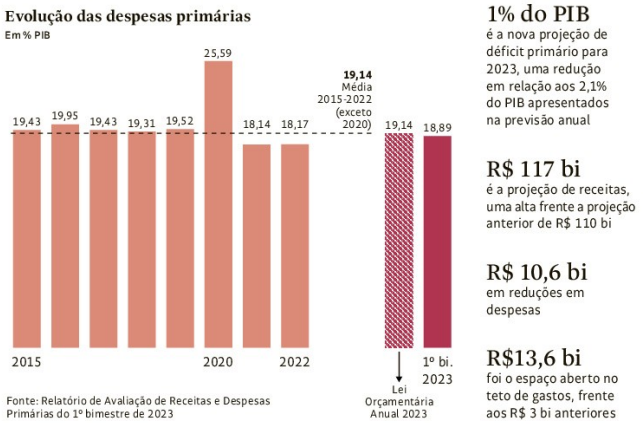
Bijos disse que a decisão do govemo de considerar a receita na redução do rombo tem a ver com o texto da emenda constitucional, que diz que os recursos "serão apropriados pelo Tesouro como receita primária".

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

# Regra fiscal deve ter gatilhos ligados a resultado primário

O ministro Fernando Haddad (Fazenda), que elabora proposta de regra fiscal Adriano Machado - 13.mar.23/Reuters

**Governo busca mostrar esforço para ajustar receitas e despesas na apresentação das contas no primeiro bimestre**




Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2023

***IdianaTomazelli e Alexa Salomão***

Brasília A nova proposta de regra fiscal em discussão no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ter gatilhos de ajuste ligados ao resultado primário, segundo interlocutores ouvidos pela Folha.

Nesse modelo, a meta de gasto é associada à expectativa de receita e despesa de um período. Caso o resultado primário seja considerado ruim em relação a um patamar determinado, ainda em estudo, serão acionadas restrições para o crescimento dos gastos no período seguinte.

Os instrumentos de ajuste são uma sinalização importante dentro de um marco fiscal que mira o médio prazo e terá nas projeções para esse horizonte um alicerce para tentar convencer investidores de que as contas são sustentáveis.

A proposta de atrelar a restrição do gasto à dívida, que é defendida por muitos economistas que redigiram sugestões de regras fiscais, é descartada por técnicos e autoridades ouvidos sob reserva.

A avaliação é que qualquer indicador de endividamento, mesmo a dívida líquida, é afetado por variáveis como o pagamento de juros. Pessoas envolvidas nas discussões dizem que não faria sentido acionar os gatilhos por causa de um aumento na taxa de juros pelo Banco Central, por exemplo.

Uma queda brusca do **PIB** (Produto Interno Bruto) também poderia prejudicar a trajetória dos indicadores de dívida, uma vez que eles são comparados com o tamanho da economia do país. Outro elemento volátil que afeta a dívida é a variação do câmbio.

Além disso, a dívida sobe quando há piora nas contas públicas e pode demorar até retornar aos patamares anteriores -o que implicaria operar mais tempo com os gatilhos acionados. Uma eventual piora do resultado primário, por sua vez, poderia ser revertida de forma mais célere pelo governo.

O gatilho para restrição de crescimento de gasto é um dos pontos mais sensíveis da discussão, pois o governo resiste em limitar despesas e impor mecanismos automáticos de ajuste.

Em entrevista ao site 247 na terça-feira (21), o presidente Lula foi claro ao afirmar que é preciso muito cuidado na definição da regra fiscal para que ela não afete a liberação de recursos para saúde e educação. O petista também tem sido enfático sobre a necessidade de manter espaço no Orçamento para benefícios sociais e investimentos públicos.

Dentro do governo, a leitura é que o investimento do Estado gera crescimento e, por tabela, haveria queda na relação dívida **PIB**. Sendo assim, não é plausível conter gastos agora, quando há risco de contração da economia em todo mundo, não apenas no Brasil.

O desafio de conciliar essas diretrizes com os princípios de sustentabilidade e credibilidade fiscal tem dificultado a definição dos parâmetros da nova regra.

São eles que ditarão quanto o governo poderá expandir os gastos, se as metas serão compatíveis

com os mínimos constitucionais de saúde e educação e em que cenário de resultado primário os gatilhos de ajuste seriam acionados, por exemplo.

Como mostrou a Folha, a indefinição sobre esses parâmetros levou ao adiamento do anúncio da proposta para abril.

O governo também precisa chegar a um consenso sobre quais serão as medidas de ajuste requeridas em caso de acio -namento dos gatilhos. No teto de gastos, que será agora substituído pela nova regra, alguns dos mecanismos barravam aumentos reais de despesas, incluindo o salário mínimo -algo que bateria de frente com plataformas do governo Lula.

Ainda durante a campanha eleitoral, economistas ligados ao PT defendiam a simples troca da regra do teto de gastos pela projeção de resultado primário, como ocorria nos governos anteriores.

Outra ala, porém, pregava a adoção de metas de gasto, associadas a um resultado primário mais flexível do que no modelo atuale a uma trajetória de dívida como referência. Essa sugestão, aliás, constou no relatório final do grupo técnico de Economia na transição pós-eleição.

Segundo interlocutores, a equipe de transição inclusive foi aconselhada por especialistas de fora a analisar a possibilidade de vincular os gatilhos de ajuste nas contas ao resultado primário. Eles seriam disparados caso o déficit chegasse a um patamar considerado imprudente.

Para economistas da área de finanças públicas, o uso do resultado primário como gatilho costuma ter algumas limitações. Um dos problemas, por exemplo, é que sempre há risco de o governo fazer uma superestimativa de receita na hora de formular a meta de resultado primário. A frustração só vem lá na frente. É por isso que boa parte dos economistas chamados ortodoxos preferem um limite de despesa na partida.

Técnicos experientes também ponderam que o governo corre o risco de ficar mais distante de uma sinalização crível de que buscará o patamar de dívida a ser apontado como referência, uma vez que não haverá nenhuma obrigação ligada diretamente a essa trajetória.

O uso do resultado primário para balizar o gasto não é uma novidade na literatura das regras fiscais.

A União Européia já usou diferentes mecanismos baseados em resultado primário para acionar restrições quando ocorre déficit excessivo em algum país-membro. Batizada de "cláusula de escape geral", ela consta do Pacto de Estabilidade e Crescimento do bloco e os parâmetros foram sendo alterados ao longo dos anos.

Em 2013, o economista Nelson Barbosa, então fora do governo, apresentou uma proposta baseada em resultado primário durante um debate no Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas). Emlinhas gerais, Barbosa sugeriua adoção de uma banda de flutuação para o resultado primário, prevendo restrições graduais para o crescimento do gasto caso o resultado fosse se distanciando da meta e caminhasse para o déficit.

Em março de 2016, quando Barbosa era ministro da Fazenda no governo Dilma Rous-seff, a sugestão foi reembala-da para constar em um projeto de lei instituindo a banda de flutuação do resultado primário em caso de frustração das receitas. A proposta previa ainda limites para expansão do gasto.

O projeto chegou a ser enviado para o Congresso, dentro de um pacote de ajuste fiscal, no entanto, a proposta não decolou com a deterioração do ambiente político e econômico, que levou ao impe-achment. Pouco mais de dois anos depois, veio a lei do teto de gastos no governo de Mi-chel **Temer** (MDB).

***Site:***
***https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0***

# CNI considera "equivocada" a decisão sobre a Selic

***SANDRA MANFRINI/BRASÍLIA***

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) pela manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano é "equivocada" na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para a instituição, "o cenário atual indica que o Copom já deveria ter reduzido a Selic nesta reunião" e a expectativa agora é de que o processo de redução dos juros tenha início no próximo encontro do comitê, nos dias 2 e 3 de maio.

Em nota divulgada ontem, a CNI diz acreditar que a manutenção da taxa de juros é, neste momento, desnecessária para o combate à **inflação** e apenas traz custos adicionais para a atividade econômica.

"A taxa básica de juros no patamar atual foi um dos fatores determinantes para a desaceleração da atividade econômica no final de 2022, com destaque para a retração de 0,2% no **PIB** (Produto Interno Bruto) do último trimestre. E seguirá sendo um limitador significativo para o crescimento da atividade em 2023, quando as previsões para o **PIB** indicam alta de apenas 0,88%, segundo o Boletim Focus do BC", destaca a entidade.

A CNI ainda ressalta, sem citar nomes, que é preciso considerar que os eventos adversos relacionados a grandes varejistas terão influência negativa sobre o mercado de crédito.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Petrobras reduz preço do diesel na refinaria em 4,48%

**Mais barato.** Queda do petróleo no mercado internacional motivou corte no diesel

***CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br***

A Petrobras anunciou que o preço do diesel vai cair nas refinarias a partir de hoje. O valor médio de venda passará de R$ 4,02 para R$ 3,84 por litro, uma redução de R$ 0,18 por litro ou 4,48%. É a sétima redução seguida no preço do diesel desde agosto do ano passado. Só este ano, já foram três cortes no preço.

A queda no diesel ocorre em meio a sucessivos recuos na cotação internacional do petróleo. Na semana passada, o barril do tipo Brent, referência no mercado mundial, caiu ao menor patamar em 15 meses, com o temor de que a crise bancária nos EUA e na Europa afetasse a economia global.

Apesar dos sucessivos cortes no Brasil, a nova gestão da Petrobras, que passou a ser comandada pelo ex-senador Jean Paul Prates no governo Lula, avalia mudar a política de preços da estatal, que segue a paridade internacional, com objetivo de ter mais controle sobre as cotações.

A queda no valor do diesel vendido nas refinarias não deve ser acompanhada na bomba na mesma proporção, pois há outros elementos na composição de preços dos combustíveis, como lucro da distribuidora e **impostos**.

Ontem, o barril do tipo Brent era negociado a US$ 75,25 durante o pregão, praticamente estável em relação ao valor do dia anterior, após várias sessões de queda. O barril do óleo leve americano, o WTI, que é referência nos EUA, era vendido a US$ 69,51, também com estabilidade.

Os preços do petróleo deram um salto com a guerra entre Rússia e Ucrânia em 2022, já que os russos são um importante produtor, mas vêm recuando com dúvidas sobre os rumos da economia global.

Para Pedro Rodrigues, diretor executivo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a Petrobras tinha espaço para realizar essa diminuição. Isso porque o câmbio está mais estável no país e o preço do barril teve redução, saindo do patamar acima dos US$ 80 para algo em torno de US$ 75 a US$ 77: -Outro ponto interessante é que isso mostra que a empresa vem seguindo o PPI (Preço de Paridade de Importação), que é tão criticado pelo governo, mas a Petrobras vem seguindo e está respeitando a paridade de importação.

2% MAIS CARO NO BRASIL Ainda assim, a defasagem do preço do diesel no Brasil em relação ao preço no exterior não tem sido tão alta. Segundo dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que reúne importadores de petróleo e derivados, o preço de venda no Brasil está apenas 2% maior por aqui, considerando os principais polos de produção e o fechamento do mercado do dia 21.

Sergio Araújo, presidente da Abicom, avalia que a redução no preço do diesel foi acima do esperado.

-De fato, o preço está um pouco maior do que no mercado internacional e tinha espaço para redução. No entanto, o corte poderia ser da ordem de R$ 0,10 centavos por litro -afirmou.

Uma vez que a queda do diesel se deu acima do esperado, o presidente da Abicom avalia que a Petrobras poderia anunciar um relativo aumento nas próximas semanas: - O mercado internacional está muito volátil, mas hoje tem um viés de subida mostrando que existe uma possibilidade para elevar o preço. Portanto, já que a Petrobras fez uma redução acima do esperado, ela teria que aumentar.

Já Rodrigues, do CBIE, avalia que o nível de redução está dentro do esperado: -A política de preço é uma política comercial da empresa. (...) E a defasagem indica uma tendência. Quando a defasagem continua com um dígito, pode-se dizer que é uma tendência que está sendo acompanhada.

No que se refere à gasolina, o combustível continua em paridade com o mercado internacional e não há perspectiva de que seus preços sejam alterados no curto prazo, destaca Araújo.

Em nota, a Petrobras disse que "a redução (do diesel) tem como objetivos principais a manutenção da competitividade dos preços da Petrobras frente às principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos de refino", Em 28 de fevereiro, um dia antes da volta parcial dos **impostos** sobre a gasolina, a estatal anunciou corte nos preços do combustível e no diesel.

Como o diesel é usado no transporte de carga, a queda no preço tende a impactar a economia como um todo, pois o custo do frete é influenciado pelo valor do combustível. O recuo no preço, portanto, tende a puxar a **inflação** para baixo.

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Nova regra limita despesa primária a 19% do PIB

***Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília***

O conjunto de regras contidas no novo arcabouço fiscal, a ser anunciado no mês que vem, deverá manter as despesas primárias (que não levam em conta juros da dívida pública) em um intervalo de 18% a 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos próximos anos, disse ao Valor fonte do governo a par das negociações.

Além disso, as regras em elaboração pelo governo deverão conter mecanismos contracíclicos, que estimulem a atividade econômica em momentos de contração do investimento privado.

No entanto, eles não deverão ser acionados diante da perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 1,6% neste ano - ou mesmo que a expansão da economia fique abaixo desse patamar.

"Se você está prevendo crescer 1,5%, mas vai crescer 1,2%, não precisa fazer políticas contracíclicas", disse.

A estimativa de crescimento de 1,61% de 2023 foi divulgada na semana passada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A avaliação a respeito da necessidade de políticas contracíclicas vai na direção oposta à de uma postagem feita no último sábado (18) pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, nas redes sociais. Ela escreveu que, se o governo está de fato prevendo crescimento baixo, é hora de fazer política expansionista e contracíclica.

A nova regra fiscal está sendo desenhada pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para ser crível e sustentável, segundo a fonte. Não é intenção do governo anunciar um conjunto de normas duras que serão burladas em seguida. O teto de gastos (criado em 2016 no governo de Michel **Temer**) ajudou a diminuir os juros da dívida pública, foi furado várias vezes e hoje não tem mais a credibilidade necessária, na avaliação dessa fonte.

Assim, não haverá regras ou medidas "draconianas" para conter despesas. Em vez disso, entrará em cena um trabalho de avaliação de políticas públicas que permitirá reduzir gastos ao longo do tempo, eliminando aqueles gastos que não têm efetividade ou os que já alcançaram seu objetivo.

"Para o mercado entender que o país é sustentável, não bastará olhar só para o arcabouço", diz a fonte. Em vez disso, será necessário lançar um olhar mais prospectivo e amplo, que leve em conta também o Plano Plurianual da União, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As soluções para o déficit também serão prospectivas. "Mas não é empurrar com a barriga", afirma.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que pretende zerar o déficit público em no ano que vem.

É dessa forma que o governo pretende conquistar a credibilidade do mercado, o que ajudaria a reduzir os juros. O objetivo, segundo a fonte, é dar segurança sobre o desempenho das contas públicas.

Por isso, a preferência dos técnicos é que o arcabouço contenha uma limitação para as despesas, sem estabelecer exceções.

Esse é um ponto que tem gerado preocupação na ala política do governo, que teme a limitação dos investimentos ou dos programas sociais. No entanto, de acordo com a fonte, a ausência de algum limite, ainda que amplo, gera incerteza.

Há resistências dos ministérios também à ideia de revisar as políticas públicas. "Ninguém gosta de ser avaliado", diz a fonte.

No entanto, não se trata de retirar recursos dos diversos programas de imediato. Em um primeiro momento, é preciso procurar tornar a política mais eficiente.

O novo arcabouço fiscal deverá ser proposto na forma de uma lei complementar. Dessa forma, a "regra de ouro" do Orçamento, que é uma norma constitucional, não será revogada.

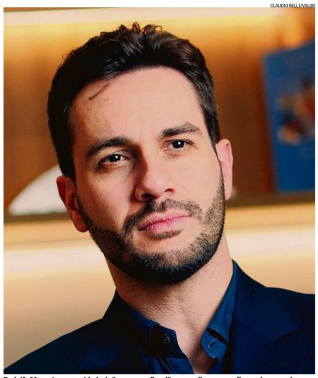
A "regra de ouro" determina que recursos obtidos com operações de crédito não podem ser superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

Em outras palavras, o governo federal não pode se endividar para pagar despesas correntes

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Queda de juros passa por responsabilidade fiscal

Alessandra Ribeiro: "É preciso compromisso com controle de gastos e regra para estabilizar dívida"



Rodolfo Margato: necessidade de "arrumar o fiscal" para melhorar a confiança de mercado

***Lucianne Carneiro, Rafael Rosas e Alessandra Saraiva***
***Do Rio***

A defesa pública de economistas e políticos que participaram de seminário no Rio nesta semana pela redução urgente de juros, na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), reforçou debate sobre qual é a viabilidade de mudar o patamar da taxa básica de juros (Selic) e de que forma isso pode ser feito. Economistas ouvidos pelo Valor afirmam em consenso que os juros no Brasil estão altos e são contracionistas.

Para alguns deles, arcabouço fiscal de qualidade e debate técnico sobre uma nova meta de **inflação** são apontados como condições mínimas para esse corte.

Endividamento elevado do país, baixa poupança, **inflação** persistente e crédito subsidiado são fatores que ainda sustentam juros elevados, apesar de sinais de desaceleração na economia, alertam.

O seminário Estratégias de desenvolvimento sustentável para o século XXI, promovido por BNDES, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e Fiesp - foi dominado por críticas aos juros. O tema foi parte dos discursos do vice Geraldo Alckmin; do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; do presidente do banco, Aloizio Mercadante; do presidente da Fiesp, Josué Gomes, e dos economistas André Lara Resende Joseph Stiglitz e Jeffrey Sachs - ambos professores da Universidade Columbia .

Para a diretora de Macroeconomia da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, arcabouço fiscal de qualidade e crível é condição fundamental para reduzir juros com responsabilidade.

"É preciso compromisso com controle de gastos e regra que aponte para estabilização da dívida a médio prazo, além de revisão de gastos. Outro aspecto importante é condução técnica de discussão sobre metas de **inflação**, sem sinalização de pressões políticas. Só aí se consegue abrir espaço para alguma redução gradual de juros", afirma.

Questões estruturais como o endividamento elevado do país, o baixo nível de poupança e a rigidez do mercado de trabalho e do Orçamento, segundo ela, contribuem para os juros altos.

No período mais recente, medidas expansionistas adotadas pelo governo Bolsonaro às vésperas das eleições provocaram descasamento entre as políticas fiscal e monetária, diz.

Além disso, Ribeiro rebate argumentos apresentados no seminário do BNDES de que as pressões ainda existentes na **inflação** se devem apenas à oferta ou que o endividamento do país é menor que o de outros países semelhantes. "Esse negócio de que a **inflação** é só de oferta é uma balela, senão estaria subindo só combustível e alimentação e não estaria disseminada." Embora reconheça que a maior parte da dívida é em moeda doméstica, o que é um ponto positivo, ela aponta que o Brasil tem dívida bruta de perto de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**), enquanto em países emergentes semelhantes fica pouco acima de 50%.

Luis Otávio Leal, economista chefe do Banco Alfa, diz que a existência do arcabouço fiscal é fundamental para o início de uma trajetória de redução do juro sem riscos, mas a qualidade das medidas será essencial para definir até quando e em quanto o juro poderá ser reduzido. "As dúvidas com relação à qualidade estão fazendo que o ponto terminal [da taxa Selic] seja mais alto", diz. Ele explica que uma regra fiscal com "muita flexibilidade e poucas restrições" vai levar a um juro de equilíbrio maior.

Outro ponto importante, afirma, se relaciona ao papel dos bancos públicos na concessão de crédito.

Segundo Leal, quanto maior for o subsídio de taxas de financiamento, menor será a potência da política monetária. "Ou seja, para alcançar o mesmo número de **inflação**, você precisaria de taxa de juros mais alta porque a taxa de juros neutra muda", frisa.

O alerta sobre o crédito subsidiado é compartilhado pelo economista da XP Investimentos Rodolfo Margato, que vê isso como exemplo de política que poderia "jogar contra" a atuação do Banco Central no combate à **inflação**, por ser motor de aceleração de atividade econômica.

Um aspecto ressaltado pela economista Silvia Matos, pesquisadora sênior da Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro da instituição, é que a Selic, mesmo alta por tanto tempo, não impediu atual cenário de **inflação** persistente, no varejo. Os núcleos inflacionários, nota, não cederam, mesmo com a Selic alta.

"Em agosto de 2011, tivemos um cavalo de pau na economia, quando se reduziu juro antes do tempo, mas as expectativas inflacionárias continuaram a subir", destaca, comentando que expectativas inflacionárias em alta pressionam para cima, de forma geral, os juros na economia.

Margato concorda e vai além.

"Muitas vezes observamos avaliações rasteiras, superficiais e até mecânicas de que com corte de juros o Brasil viraria tal um país escandinavo [com **PIB** maior]. As relações econômicas são mais complexas", diz. "A Selic é uma referência, mas, em outros ciclos, e não faz tanto tempo assim, chegamos a ter redução forçada da Selic [em 2011]. Mas os juros de mercado, os cobrados pelas instituições para crédito pessoa jurídica e pessoa física, esses não acompanharam bem. Não basta somente vontade, desejo [de se reduzir a Selic] se você não tem respaldo de outras frentes macroeconômicas", afirma.

A receita defendida por Margato para reduzir o juro em um período duradouro também começa com "arrumar o fiscal", ou seja, para melhorar a confiança de mercado e diminuir expectativas inflacionárias.

Além disso, defende o aumento da poupança do país, das famílias, externa e do governo.

Com mais dinheiro poupado em caixa, explica, os bancos tendem a não praticar juros muito elevados.

Do lado da atividade econômica, há sinais de desaceleração que justificariam a redução de juros. O economista-chefe do Banco Fator e professor aposentado da FEA/USP, José Francisco de Lima Gonçalves, cita os sinais que já aparecem no mercado de trabalho e que tendem a se intensificar.

Leal, do Banco Alfa, ressalta que a deterioração do crédito para pessoa jurídica a partir do caso Americanas antecipou em cerca de três meses o efeito esperado da política monetária: "Começaram a pipocar uma série de recuperações judiciais, o que prejudicou o mercado de juros para pessoa jurídica", diz o economista.

Leal afirma que outro ponto para uma redução saudável da Selic está nas expectativas de **inflação** e diz que, ao se olhar o boletim Focus do Banco Central, percebe-se que elas sobem, mas o câmbio permanece o mesmo. Ele explica que o câmbio seria a primeira fonte de contágio externo caso a preocupação fosse a falta de rigor fiscal. Como a expectativa para o dólar não muda, Leal aponta que isso mostra que o que impulsiona as expectativas para a **inflação** é a discussão sobre a meta. "Se você acha que a meta é mais alta, você vai aumentar a projeção de **inflação**", diz. "E aí o juro não cai porque as expectativas estão altas e estão discutindo a meta.

E nesse processo retroalimentado das expectativas, o final não vai ser bom, vai ser uma profecia autor realizável: o governo vai acabar mudando a meta. O que será pior para todo mundo." Lima Gonçalves, do Fator, crê que uma regra fiscal que ajude a melhorar as expectativas é uma sinalização positiva e permite a redução dos juros.

Ele diverge da exigência de "arcabouço crível". "Se realmente tiver melhora de expectativas, uma leitura de que a questão fiscal está avançando, dispensa a necessidade de ser uma regra fiscal que atenda ao mercado.

O arcabouço fiscal é um avanço, qualquer que seja." Lima Gonçalves classifica como "estupidamente alto" o atual patamar de juros de 13,75% ao ano e critica a manutenção de juros reais em torno de 8% por um período de quase seis meses: "É errado". Ele reconhece que a saída não é simples, mas aponta que condições estão cada vez mais claras para uma redução dos juros. Para além da questão do arcabouço fiscal, o economista acredita que também é preciso rediscutir a meta de **inflação**, especialmente alongar o horizonte das metas.

Um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal, o economista José Roberto Afonso, que esteve no seminário, mas não tratou de juros, diz confiar que a fixação da taxa básica de juros seja sempre feita com responsabilidade. Ele lembra que, desde 2021, há uma lei complementar com quatro objetivos: estabilidade de preços; zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro; suavizar flutuações da economia e fomentar o pleno emprego: "Não se trata de mera carta de boas intenções ou uma tese acadêmica. Agora, constitui obrigação legal e

certamente os dirigentes do Banco Central devem estar ciosos dela", afirma.

Ver também páginas C1 a C4

***Site: https://valor.globo.com/impresso***